

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	4
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	6

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	7
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	8

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	9
3.2 - Medições não contábeis	10
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	11
3.4 - Política destinação de resultados	12
3.5 - Distribuição de dividendos	15
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	16
3.7 - Nível de endividamento	17
3.8 - Obrigações	18
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	19

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	20
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	27
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	28
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	41
4.5 - Processos sigilosos relevantes	42
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	43
4.7 - Outras contingências relevantes	44
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	45

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	46
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	47
5.3 - Descrição - Controles Internos	48

Índice

5.4 - Programa de Integridade	59
5.5 - Alterações significativas	62
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	63
6. Histórico do emissor	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	64
6.3 - Breve histórico	65
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	68
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	69
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	70
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	72
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	73
7.3 - Produção/comercialização/mercados	74
7.4 - Principais clientes	75
7.5 - Efeitos da regulação estatal	76
7.6 - Receitas relevantes no exterior	77
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	78
7.8 - Políticas socioambientais	79
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	80
8. Negócios extraordinários	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	81
8.2 - Alterações na condução de negócios	82
8.3 - Contratos relevantes	83
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	84
9. Ativos relevantes	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	85
9.1.a - Ativos imobilizados	86
9.1.b - Ativos Intangíveis	87
9.1.c - Participação em sociedades	88
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	89
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	90

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	101
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	106
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	107
10.5 - Políticas contábeis críticas	132
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	133
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	134
10.8 - Plano de Negócios	135
10.9 - Outros fatores com influência relevante	137
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	138
11.2 - Acompanhamento das projeções	139
12. Assembléia e administração	
12.1 - Estrutura administrativa	140
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	144
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	145
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	146
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	147
12.7/8 - Composição dos comitês	152
12.9 - Relações familiares	153
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	154
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	155
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	156
13. Remuneração dos administradores	
13.1 - Política/prática de remuneração	159
13.2 - Remuneração total por órgão	160
13.3 - Remuneração variável	161
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	162
13.5 - Remuneração baseada em ações	163
13.6 - Opções em aberto	164
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	165
13.8 - Precificação das ações/opções	166

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	167
13.10 - Planos de previdência	168
13.11 - Remuneração máx, mín e média	169
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	170
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	171
13.14 - Remuneração - outras funções	172
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	173
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	174
14. Recursos humanos	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	175
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	176
14.3 - Política remuneração dos empregados	177
14.4 - Relações emissor / sindicatos	178
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	179
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 2 - Posição acionária	180
15.3 - Distribuição de capital	183
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	184
15.5 - Acordo de Acionistas	185
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	186
15.7 - Principais operações societárias	187
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	188
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	189
16.2 - Transações com partes relacionadas	190
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	195
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	196
17. Capital social	
17.1 - Informações - Capital social	197
17.2 - Aumentos do capital social	198
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	199
17.4 - Redução do capital social	200

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	201
18. Valores mobiliários	
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	202
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	203
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	204
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	205
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	206
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	207
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	208
18.8 - Títulos emitidos no exterior	209
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	210
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	211
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	212
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	213
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Descrição - planos de recompra	214
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	215
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	216
20. Política de negociação	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	217
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	218
21. Política de divulgação	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	219
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	220
21.3 - Responsáveis pela política	221
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	222

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Ronan Nogueira Dias

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Rodrigo Marques França

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente



multiner

MULTINER S.A.

CNPJ/ME 08.935.054/0001-50 - NIRE 35300504127

Companhia Aberta

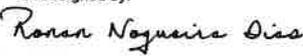
DECLARAÇÃO

ATENDIMENTO AO ITEM 1.1 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09, CONFORME ALTERADA

Eu, **RONAN NOGUEIRA DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 308257431, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 283.215.588-01, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 35º andar, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.578-910, na qualidade de Diretor Presidente da **MULTINER S.A.** ("Companhia"), **DECLARO**, em atendimento ao disposto no item 1.1 do anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480/09") que:

- a. revi o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos; e
- d. assumi o cargo de Diretor Presidente da Companhia em 04 de janeiro de 2021.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

DocuSigned by:

Ronan Nogueira Dias
7009499ECC5B4831
Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores



multiner

MULTINER S.A.

CNPJ/ME 08.935.054/0001-50 - NIRE 35300504127

Companhia Aberta

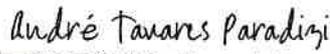
DECLARAÇÃO

ATENDIMENTO AO ITEM 1.1 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09, CONFORME ALTERADA

Eu, **ANDRÉ TAVARES PARADIZI**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 8116112, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 054.641.156-84, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 35º andar, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.578-910, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **MULTINER S.A.** ("Companhia"), **DECLARO**, em atendimento ao disposto no item 1.1 do anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480/09") que:

- a. revi o formulário de referência;
- b. todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos seus artigos 14 a 19;
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos; e
- d. assumi o cargo de Diretor de Financeiro da Companhia em 18 de março de 2021, e o cargo Diretor de Relações com Investidores da Companhia em 21 de abril de 2021.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

DocuSigned by:

André Tavares Paradizi

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.2 – Declaração do Diretor Presidente**MULTINER S.A.**

CNPJ/ME 08.935.054/0001-50 - NIRE 35300504127

Companhia Aberta

DECLARAÇÃO**ATENDIMENTO AO ITEM 1.2 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09, CONFORME ALTERADA**

Eu, **RONAN NOGUEIRA DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 308257431, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 283.215.588-01, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 35º andar, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.578-910, na qualidade de Diretor Presidente da **MULTINER S.A.** ("Companhia"), **DECLARO**, em atendimento ao disposto no item 1.2 do anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480/09") que:

- a. revi as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de minha posse, ocorrida em 04 de janeiro de 2021;
- b. todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

DocuSigned by:
Ronan Nogueira Dias
Ronan Nogueira Dias
Diretor Presidente

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores



multiner

MULTINER S.A.

CNPJ/ME 08.935.054/0001-50 - NIRE 35300504127

Companhia Aberta

DECLARAÇÃO

ATENDIMENTO AO ITEM 1.2 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09, CONFORME ALTERADA

Eu, **ANDRÉ TAVARES PARADIZI**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 8116112, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 054.641.156-84, com endereço profissional na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 35º andar, Torre Norte do Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin Paulista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.578-910, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **MULTINER S.A.** (“Companhia”), **DECLARO**, em atendimento ao disposto no item 1.2 do anexo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 480/09”) que:

- a. revi as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de minha posse ao cargo Diretor de Relações com Investidores da Companhia, ocorrida em 21 de abril de 2021;
- b. todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item “a” acima atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

São Paulo, 31 de maio de 2021.

DocuSigned by:
André Tavares Paradizi
André Tavares Paradizi

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já apresentaram suas declarações individuais nos itens 1.1. e 1.2 da Seção 1, deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/01/2021
Descrição do serviço contratado	Prestação de serviços profissionais relacionados à auditoria das demonstrações financeiras (individuais e consolidadas).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os serviços contratados junto aos auditores externos da Companhia referente aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023 para a Companhia e suas controladas foram: R\$ 2.798.834,00.
Justificativa da substituição	Cumprimento ao disposto no artigo 31 da ICVM 308/99.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça	01/01/2021	401.371.636-49	Avenida Francisco Matarazzo 1400, 9-10º e 13-17º andar, Água Branca, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05001-100, Telefone (011) 36743901, Fax (011) 36742030, e-mail: calf.brasil@br.pwc.com

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05(R1).

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Individual

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2020)

Exercício social (31/12/2019)

Exercício social (31/12/2018)

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**3.4 - Política de destinação dos resultados**

<p>a. Regras sobre retenção de lucros</p>	<p>Do resultado do exercício, e após as deduções mencionadas no artigo 29 do estatuto social da Companhia, a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução:</p> <p>(a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(b) o saldo do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações terá a seguinte destinação: b1) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e b2) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.</p>	<p>Do resultado do exercício, e após as deduções mencionadas no artigo 29 do estatuto social da Companhia, a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução:</p> <p>(a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(b) o saldo do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações terá a seguinte destinação: b1) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e b2) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.</p>	<p>Do resultado do exercício, e após as deduções mencionadas no artigo 29 do estatuto social da Companhia, a Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução:</p> <p>(a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”), exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;</p> <p>(b) o saldo do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações terá a seguinte destinação: b1) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e b2) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.</p>
--	--	--	--

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a.i. Valores das retenções de lucros	A Assembleia Geral da Companhia deliberou que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, tendo em vista a apuração de prejuízo no montante de R\$ 64.160.068,35 (sessenta e quatro milhões, cento e sessenta mil, sessenta e oito reais e trinta e cinco centavos), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.	A Assembleia Geral da Companhia deliberou que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, tendo em vista a apuração de prejuízo no montante de R\$ 32.249.135,60 (trinta e dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, cento e trinta e cinco reais e sessenta centavos), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.	A Assembleia Geral da Companhia deliberou que o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 seja destinado para a conta de prejuízos acumulados, tendo em vista a apuração de prejuízo no montante de R\$ 217.295.588,81 (duzentos e dezessete milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos), referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	100%	100%	100%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, a cada exercício social, da seguinte forma: (a) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e (b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.	O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, a cada exercício social, da seguinte forma: (a) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e (b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.	O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, a cada exercício social, da seguinte forma: (a) pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do art. 5º do estatuto social da Companhia; e (b) no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

c. Periodicidade e das distribuições de dividendos	<p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos intermediários a conta do lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas de acordo com o parágrafo único do artigo 29 do seu estatuto social, a título de antecipação do dividendo obrigatório previsto na letra “b.2” do artigo 30 do seu estatuto social, observadas as disposições legais; e (b) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral.</p>	<p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos intermediários a conta do lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas de acordo com o parágrafo único do artigo 29 do seu estatuto social, a título de antecipação do dividendo obrigatório previsto na letra “b.2” do artigo 30 do seu estatuto social, observadas as disposições legais; e (b) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral.</p>	<p>A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá: (a) distribuir dividendos intermediários a conta do lucro apurado nas demonstrações financeiras levantadas de acordo com o parágrafo único do artigo 29 do seu estatuto social, a título de antecipação do dividendo obrigatório previsto na letra “b.2” do artigo 30 do seu estatuto social, observadas as disposições legais; e (b) distribuir dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual ou trimestral.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a restrições de distribuição de dividendos.</p>		

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 o Passivo Circulante + Passivo não Circulante da Companhia somam R\$ 2.233.606 sendo que para cálculo do Índice de Endividamento, quando considerado o Patrimônio Líquido negativo de R\$ 333.029 o índice é de -6,706941. Devido a não aceitação do índice negativo a Companhia declara seu índice neste campo de justificativa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		749.451.795,85	202.904.848,17	153.249.761,42	264.509.585,36	1.370.115.990,80
Total			749.451.795,85	202.904.848,17	153.249.761,42	264.509.585,36	1.370.115.990,80
Observação							

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

3.9 – Outras informações relevantes

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em 2012, que determinou que parte das dívidas individuais e consolidadas ainda remanescentes sejam convertidas em capital ou alongadas. As CCBs da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas (covenants) que, com essa reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado.

Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento dos covenants contratuais. Nesta mesma data foram liquidadas e convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 31 de dezembro de 2019, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia manteve a reclassificação da totalidade da dívida da investida RAESA no passivo circulante.

A controlada direta New Energy Options Geração de Energia S.A. deve divulgar anualmente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“Petros”).

Em 31 de dezembro de 2020, a New Energy Options Geração de Energia S.A estava em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a) **ao Emissor:**

A Companhia pode não ser capaz de alcançar todos os resultados contidos neste formulário de referência, e nem mesmo conseguir programar integralmente sua estratégia de negócios.

A implementação de projetos e estratégias de negócios e, conseqüentemente, o sucesso das operações da Companhia depende de diversos fatores tais como: (i) o crescimento do setor elétrico brasileiro; (ii) regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e demais órgãos do mercado de energia; (iii) capacidade de execução dos fornecedores da Companhia; (iv) contínuo investimento em infraestrutura para a manutenção e elevação da eficiência operacional da Companhia; e (v) manutenção de licenças governamentais. A Companhia não pode assegurar que será capaz de alcançar todos os resultados, como também se terá sucesso na implementação total ou em parte, de seus projetos e estratégias. Caso não tenha êxito, a Companhia pode ser negativamente afetada, o que poderá causar um impacto adverso em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

Os instrumentos financeiros formalizados pela Companhia estipulam determinadas obrigações que, no caso de inadimplência, podem afetar adversamente a condição financeira e a capacidade da Companhia de operar seus negócios.

Como parte de sua estratégia, para implementação e manutenção de seus projetos, a Companhia utilizou instrumentos financeiros para captação de recursos. Todos contêm obrigações em seus contratos, dos quais muitos exigem manutenção de determinados níveis financeiros ou cumprimento de condições operacionais e outras obrigações. Na eventualidade de inadimplência com relação às obrigações contidas nos contratos desses instrumentos financeiros, os detentores da dívida poderão exigir o pagamento antecipado dos valores pendentes e do principal.

Dessa maneira, os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para quitar integralmente os respectivos valores, podendo ser necessário uma repactuação da dívida. Esse evento pode afetar de forma adversa a condição financeira e a capacidade de a Companhia operar seus negócios.

A Companhia pode ser responsável por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

A Companhia pode ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros, e não pode garantir que as apólices de seguro por ela contratadas serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância, por parte de seus subcontratados, em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia, ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para a Companhia. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso sobre os negócios e sobre a condição financeira da Companhia.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impactar financeiramente as receitas e os resultados operacionais da Companhia, assim como seus planos de investimento em outras áreas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia não é proprietária das terras dos empreendimentos sob os quais estão instaladas suas centrais geradoras de energia elétrica eólica, e nesses casos, a Companhia firmou contratos de arrendamento com diversos detentores dessas terras. Eventuais discussões com detentores das áreas podem impactar os negócios da Companhia.

Em especial os parques eólicos da Companhia, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, situam-se em área de histórico conflito fundiário, ora com superposição de titulação sobre uma mesma área, ora com posseiros, com relação aos quais a Companhia está sujeita a certos riscos.

Com relação aos riscos operacionais, a Companhia contrata empresas especializadas para manter as atividades de operação e manutenção em pleno funcionamento, pensando na longevidade das unidades geradoras.

A Companhia realiza periodicamente planos de manutenções preditivos e preventivos, com o objetivo de minimizar qualquer efeito negativo na geração de energia e na busca constante de eficiência operacional.

A Companhia entende que não apenas as manutenções preventivas nas unidades geradoras fazem parte da boa gestão de risco operacional, mas que também todos processos administrativos colaboram com os bons resultados, e por isto, está reinvestindo e renovando o sistema administrativo, para garantir a integração entre as áreas e melhorar fluidez das informações contábeis, financeiras e gerenciais.

No caso específico dos parques eólicos, a Companhia decidiu manter o fabricante original do equipamento como o seu prestador de serviço e O&M (contrato *full service*), para as torres e aerogeradores.

Processos Judiciais ou Administrativos poderão ter um considerável efeito negativo sobre a Companhia.

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos, e não pode assegurar que no curso normal dos seus negócios, não incorrerá, em outros processos, envolvendo, dentre outras questões: (i) tributárias, (ii) regulatórias, (iii) ambientais, (iv) cíveis e (v) trabalhistas. Adicionalmente, uma decisão desfavorável à Companhia envolvendo valores monetários significativos em um ou mais desses processos, poderá acarretar impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

Não aplicável, uma vez que os acionistas da Companhia não se apresentam como fonte de risco.

c) a seus acionistas:

Não aplicável, uma vez que os acionistas da Companhia não se apresentam como fonte de risco.

d) às suas controladas e coligadas:

A Companhia e suas subsidiárias podem ser responsabilizadas por dívidas trabalhistas das suas contratadas.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia e às suas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e suas subsidiárias podem ser consideradas solidárias ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, ainda, serem autuadas e/ou obrigadas a efetuarem o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de a Companhia vir a ser

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

responsabilizada por estas demandas, poderá sofrer um efeito adverso em suas atividades.

A participação da Companhia em sociedades de propósito específico cria riscos adicionais, incluindo possíveis problemas no relacionamento financeiro e comercial com seus parceiros.

A Companhia investe em sociedades de propósito específico (SPE) em conjunto com outras sociedades. Os riscos inerentes às sociedades de propósito específico incluem a potencial falência dos parceiros de suas sociedades de propósito específico e a possibilidade de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre a Companhia e seus parceiros. Caso um parceiro da sociedade de propósito específico não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar investimentos adicionais ou a prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes por seu parceiro. Ainda, os sócios de uma sociedade de propósito específico poderão ser responsabilizados por obrigações da SPE em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos poderão impactar adversamente os negócios da Companhia.

e) a seus fornecedores:

A Companhia adquire equipamentos nacionais e importados, e contrata serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção dos seus empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso em suas receitas e resultados operacionais.

A construção dos empreendimentos da Companhia, assim como sua operação e manutenção, efetuada através da contratação de fornecedores com reputação e idoneidade dentro do cenário empresarial brasileiro. O fornecimento dos equipamentos principais e auxiliares é feito por fornecedores de renome nacional e internacional. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderá gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente a outorgas das centrais de geração de energia elétrica, e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

Caso os fornecedores de produtos e/ ou serviços da Companhia sofram impacto conjuntural, administrativo ou financeiro que afetem a entrega dos produtos ou serviços contratados, poderá haver um impacto adverso nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

Apesar da Companhia contratar preferencialmente empresas de renome internacional, eventuais problemas conjunturais, administrativos ou financeiros ocorridos nas empresas contratadas pela Companhia, que afetem de forma definitiva a entrega destes produtos ou serviços, podem levar a um impacto no resultado dos empreendimentos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

Caso os pagamentos devidos aos fornecedores de produtos e serviços sejam interrompidos, poderá haver impactos negativos nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

O não cumprimento, por parte da Companhia, do calendário de pagamento estabelecido com as empresas contratadas, que afetem de forma definitiva a entrega dos produtos ou serviços contratados pela Companhia, pode levar ao descumprimento dos cronogramas descritos nos

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

contratos da Companhia, além de levar a um impacto importante no resultado dos empreendimentos pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos.

Faz parte das operações da Companhia, a compra regular de combustível para utilização em suas centrais termelétricas. Caso o fornecimento desse combustível não seja cumprido, ou venha a ser interrompido, poderá haver impactos negativos nas receitas e resultados operacionais da Companhia.

O não cumprimento dos contratos de fornecimento de combustível firmados entre a Companhia, suas controladas e seus respectivos fornecedores, que estejam correlacionadas diretamente com a operação de suas unidades, pode impactar de forma adversa e relevante o resultado dos empreendimentos da Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de obter o combustível necessário para o funcionamento de suas centrais termelétricas a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia não pode assegurar que será capaz de manter contratos de longo prazo que assegurem todo o combustível que necessita para o regular funcionamento de sua usina térmica. Caso não seja capaz de manter o combustível para o funcionamento de sua usina térmica na quantidade necessária, as atividades de sua usina térmica poderão ser paralisadas temporariamente, prejudicando os negócios e o cumprimento dos contratos celebrados pela Companhia.

Caso os prestadores de serviço contratados pela Companhia causem dano ambiental, a Companhia pode ser responsabilizada na esfera civil, solidariamente, por sua reparação.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que, independe da culpa, alcança todos aqueles que direta e indiretamente estão relacionados com o dano. Diante disso, a Companhia pode ser responsabilizada, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um dos terceirizados por ela contratados, no exercício de atividades relacionadas aos seus empreendimentos e atividades como, por exemplo, no caso de dano ambiental relacionado com a destinação final dos resíduos gerados. Caso a Companhia seja considerada responsável por reparação ao meio ambiente, e se as medidas necessárias para tal reparação envolverem valores substanciais, as operações e os resultados da Companhia poderão ser relevante e negativamente impactados.

f) a seus clientes:

Os empreendimentos da Companhia têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs) advindos das distribuidoras de energia elétrica e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. O atraso ou não cumprimento da agenda de pagamentos dos serviços prestados, por parte das contratantes, poderá trazer redução das receitas dos empreendimentos, causando impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

O atraso ou o não cumprimento das obrigações dos contratos bilaterais por parte das contratantes, distribuidoras de energia elétrica e da Eletrobrás, e a consequente redução de receita dos empreendimentos, pode afetar de forma negativa e significativa os faturamentos e resultados operacionais da Companhia.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue:

As operações da Companhia estão sujeitas à fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN).

Os empreendimentos de geração de energia elétrica, em especial os empreendimentos de geração de energia eólica, estão localizados em áreas com possível existência de itens de

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

interesse arqueológico e histórico. Caso seja confirmado o interesse arqueológico dessas áreas, deveremos realizar o monitoramento e o resgate dos respectivos objetos, sob pena de sermos autuados pelo IPHAN, com o conseqüente embargo das atividades da Companhia.

Mudanças nos subsídios fiscais existentes ou futuros poderão ter efeito negativo relevante sobre os resultados da Companhia.

Certos benefícios fiscais e tributários (diferimento, isenção ou outros) que beneficiariam a Companhia podem não se efetivar, em especial em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, por parte dos Estados nos quais os projetos da Companhia se localizam. No caso da concessão destes benefícios fiscais e tributários não se efetivar, as estimativas econômico-financeiras da Companhia também podem não se concretizar, bem como pode haver a necessidade de desembolsos não previstos, fato que poderá causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

O crescimento da Companhia por meio de licitações poderá ser negativamente afetado por futuras ações governamentais ou políticas relacionadas a outorgas das centrais de geração de energia elétrica no Brasil.

Nos editais de licitação para outorga de concessões, o poder concedente impõe certas exigências a todos os participantes de licitações para novas concessões, incluindo requisitos mínimos como, dentre outros, indicadores da estabilidade financeira do participante e/ou de seus acionistas. A Companhia não pode assegurar que será capaz de satisfazer todos os requisitos necessários para receber a outorga de novas concessões ou participar de novos processos licitatórios. As concessões de uso de recursos públicos, como da água utilizada pelas hidrelétricas para geração de energia, podem estar sujeitas a níveis variados de influência política, que a Companhia pode não ser capaz de suportar. As regras para a licitação de concessões de usinas de geração estão sujeitas a alterações, tanto no âmbito federal quanto estadual. A Companhia não pode assegurar que os processos licitatórios relativos a novas usinas de geração de energia irão de fato ocorrer. Caso tais licitações não ocorram, ou venham a ser colocadas em termos que não sejam economicamente viáveis ou atrativos para a Companhia, a expansão e diversificação do atual parque gerador poderá sofrer alterações negativas, e conseqüentemente, impactar de forma adversa a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Consumidores de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL podem reduzir a demanda inicialmente contratada. A Companhia pode não conseguir vender toda sua capacidade de geração de energia em ambos os ambientes.

De acordo com sua estratégia de negócios, a Companhia venderá energia elétrica tanto no ACR, por meio de leilões públicos, quanto no ACL. Pela Lei nº 10.848/04 (Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico), as distribuidoras adquirentes de energia negociada no ACR podem reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR para o ACL; (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, após dois anos da declaração de demanda inicial, sendo que neste caso a redução está limitada a 4% por ano do montante inicialmente contratado; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de março de 2004.

No ACL, a venda de energia é contratada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, os consumidores livres têm flexibilidade para reduzir um volume de aproximadamente 10% da energia originalmente contratada.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Caso as distribuidoras de energia elétrica e os consumidores livres que venham a adquirir energia de suas usinas decidam reduzir o montante de energia contratada, os negócios e operações da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A estratégia de crescimento da Companhia poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a expansão de seus negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos. Além disso, é impossível assegurar que a Companhia terá sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrenta uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios à Companhia, é impossível assegurar que a Companhia obterá sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procure explorar neste segmento. A eventual incapacidade de implementar esta estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia.

h) à regulação dos setores em que o emissor atue:

As atividades desenvolvidas pela Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

De acordo com a legislação em vigor, a ANEEL é responsável, dentre outras obrigações, pela regulamentação e fiscalização do setor elétrico. Assim, as autorizações e concessões obtidas pela Companhia no âmbito de suas operações estão sujeitas à regulamentação emanada do MME, da ANEEL e de outras entidades setoriais. Na hipótese de eventual descumprimento das obrigações impostas à Companhia, e decorrentes de tal regulamentação, a ANEEL poderá intervir nas operações da Companhia para assegurar a adequada exploração do parque gerador e o cumprimento das normas aplicáveis, e/ou impor, de acordo com a gravidade da infração, as seguintes penalidades à Companhia: (i) advertência; (ii) multa; (iii) embargos ou restrições à construção de novas obras e equipamentos; (iv) suspensão temporária de participação em processos de licitação de novas concessões e autorizações; e/ou (v) caducidade da concessão ou autorização. A intervenção da ANEEL nas atividades ou a imposição de penalidades pela ANEEL à Companhia poderá causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Alterações na legislação referente ao setor elétrico podem impactar negativamente os negócios da Companhia.

Em 15.03.2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico (Lei nº 10.848), que promoveu profundas mudanças no setor, dentre as quais destaca-se: (i) as regras relativas à compra e a venda de energia elétrica realizada entre as sociedades geradoras, concessionárias, permissionárias e autorizadas atuantes no setor, (ii) as regras para a licitação de empreendimentos de geração, (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e novos órgãos setoriais; e (iv) alteração nas competências do MME e da ANEEL. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, compete à ANEEL e ao MME regulamentarem o setor de energia elétrica no Brasil por meio de decretos, resoluções e outros atos normativos.

A alteração da regulamentação do setor elétrico no Brasil, seja pela introdução de novas leis, pelo julgamento das ações de inconstitucionalidade envolvendo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou pela edição ou alteração de normas pela ANEEL e/ou pelo MME, pode afetar as estratégias de negócio e o setor em que a Companhia atua, assim como causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pode incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

A Companhia cumpre integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis, e possui todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá sujeitar a Companhia à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, como ao pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob seu controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados em que a Companhia atua poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de suas atividades, bem como na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões em que a Companhia atua, levando-a a incorrer em custos significativos para o atendimento de tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre a mesma.

As operações e instalações da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, cuja inobservância poderá sujeita-la a sanções relevantes.

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo exigências de licenciamento ambiental para instalação e operação de suas centrais, visando à proteção da saúde e do meio ambiente. O cumprimento dessa legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância dessas normas.

A inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para os empreendimentos e atividades da Companhia, e na hipótese de disposição irregular de resíduos que causem poluição ou danos à saúde humana, podem implicar a imposição de sanções penais, previstas na Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da Companhia.

Todas essas sanções e exigências podem ocasionar a perda de incentivos fiscais e a suspensão parcial ou total das atividades da Companhia, além de ter impacto negativo em suas receitas e resultados operacionais, ou ainda afetar adversamente a implantação e operação dos seus empreendimentos.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue:

Este risco não se aplica, pois, a atuação da Companhia é restrita ao território brasileiro.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A Companhia monitora constantemente os riscos dos seus negócios, e que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

No mesmo sentido, a Companhia não tem expectativa de aumento ou redução de sua exposição aos riscos mencionados no item 4.1 deste Formulário de Referência.

4.3 Procedimentos de Administração sigilosa de ativos sigilosos e relevantes**a. Cíveis:**

Processo nº 0058960-46.2012.4.01.3400	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF
b. Instância	Primeira Instância
c. Data de Instauração	04.12.2012
d. Partes no Processo	Autores: Termelétrica Termopower V S.A., Multiner S.A. e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Réu: ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.938.330,00 (O valor efetivo dependerá de apuração oportuna).
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de suspender os efeitos dos atos administrativos que determinaram a execução dos seguros garantia apresentados pelas autoras, consubstanciados no Despacho nº 2.087/2012 e quaisquer outros proferidos posteriormente, determinando-se que a ré se abstenha de, até o julgamento final da contenda, realizar a referida execução. Em 08/03/2013 foi concedida tutela antecipada para suspender o procedimento administrativo de execução das garantias de fiel cumprimento. Sendo assim a SCG não pode executar a garantia, tampouco a ANEEL aplicar a penalidade de declaração de idoneidade em nome da Multiner. Ação julgada improcedente, sendo certo que em 16.11.2017 foi interposto recurso de apelação com pedido de atribuição de efeito suspensivo. Recurso Provido em maio de 2020, julgando procedente o pedido dos autores.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	há R\$ 32.938.330,00

4.3. Fatos e circunstâncias administrativas sigilosas e relevantes

Processo nº 0022426-69.2013.4.01.3400	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	06.05.2013
d. Partes no Processo	Autores: Termelétrica Termopower V S.A., Multiner S.A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Réu: ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Sem valor definido.
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de anular os efeitos dos Resoluções Autorizativas ANEEL nº 3672/2012 e nº 3673/2012 e do Despacho nº 2863/2012, que determinaram a revogação das outorgas dos empreendimentos denominados UTE Termopower V e UTE Termopower VI, com pedido liminar para manter vigentes os CCEAR's. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. Apresentada Contestação em 26/07/2013 e Réplica em 04/09/2013. Provas especificadas em 21.02.2014 e 07.05.2014. Feito foi julgado improcedente, tendo sido interposto recurso de apelação endereçado ao TRF1.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Revogação das outorgas de Termopower V e Termopower VI.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	A ser apurado.

4.3. Procedimentos Judiciais, Administrativos ou Sigilados e Atos Sigilosos e relevantes

Processo nº 0061003-53.2012.4.01.3400	
a. Juízo	13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	17.12.2012
d. Partes no Processo	Autores: Termelétrica Pernambuco IV S.A.; Multiner S.A e A&G Energia Empreendimentos LTDA. Réu: ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 32.938.360,00 (O valor efetivo dependerá de apuração oportuna).
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Ordinária com o objetivo de suspender os efeitos dos atos administrativos que determinaram a execução do seguro- garantia apresentado pela autora, consubstanciados nos Ofícios nºs 357/2012 e 609/2012 e quaisquer outros proferidos prévia ou posteriormente. Em 25/01/2013 foi concedida tutela antecipada para suspender o procedimento administrativo de execução das garantias de fiel cumprimento. Contestação apresentada em 08/03/2013. Em 10/06/2013 o Juiz manteve a decisão deferindo a medida cautelar em caráter incidental. Após publicação de decisão a Secretaria fez carga dos autos. Em novembro de 2019 foi exarada sentença julgando improcedente ação. Foi interposto Recurso de Apelação o qual aguarda distribuição junto ao Tribunal competente.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 32.938.360,00

4.3. Fatos e circunstâncias administrativas sigilosas e relevantes

Processo nº 0053628-98.2012.4.01.3400	
a. Juízo	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	06.11.2012
d. Partes no Processo	Autor (es): Termelétrica Monte Pascoal S.A.; Termelétrica Itapebi S.A. e Multiner S.A. Réu: ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 20.431.000,00 (valor efetivo dependerá de apuração oportuna).
f. Principais Fatos	Trata-se de ação ordinária com pedido Cautelar objetivando suspender as decisões administrativas da ANEEL que determinaram: (i) a execução dos seguro-garantias dos empreendimentos Monte Pascoal e Itapebi; (ii) a abertura de processo administrativo de declaração de inidoneidade em desfavor de Itapebi, Monte Pascoal e Multiner. Em 12/11/2012 foi concedida tutela antecipada às autoras para suspender ambos processos administrativos. A Ré apresentou contestação no prazo legal. Em 27/09/2013 Autoras apresentaram Réplica. Em 09.06.2014, os autos foram enviados à conclusão para sentença e em 09.08.2016, foi proferida sentença procedente. em 19.08.2016, a ANEEL apresentou Apelação e os autos aguardam remessa ao Tribunal Regional Federal para análise e julgamento. Processo distribuído para 6ª Turma, ainda sem data de julgamento designada.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução das Garantias de Fiel Cumprimento do empreendimento.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 40.733.500,00

4.3 Processo nº 0248598-71.2015.8.19.0001, Administração sigilosa e intervenção sigilosa e relevantes

Processo nº 0248598-71.2015.8.19.0001	
a. Juízo	52ª Vara Cível Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	17.06.2015
d. Partes no Processo	Autor: Assessoria Consultores em Energia Ltda. Réus: Multiner S.A., Termelétrica Pernambuco III, Termopower V e Termopower VI
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.191.941,86
f. Principais fatos	É exigido suposto crédito proveniente de "Taxa de Sucesso" em decorrência do cumprimento, pela Assessoria Consultores em Energia Ltda, dos serviços de prospecção de empresas fornecedoras de óleo combustível que resultasse na redução de custos na sua aquisição para as usinas termelétricas Pernambuco III, Termopower V e Termopower VI. Aguarda-se pagamento de honorários periciais pela Multiner S.A para realização de perícia contábil. Autos ainda sem julgamento, com perícia impugnada e suspenso até final julgamento de agravo de instrumento interposto.
g. Chance de Perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da taxa de sucesso
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 7.090.822,42

Processo nº 0214006-06.2012.8.19.0001	
a. Juízo	15ª Vara Cível Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	04.06.2012
d. Partes no Processo	Autor: EMPA S.A. Serviços de Engenharia

4.3 Procedimentos Administrativos Sigilados e Relevantes

	Réu: Multiner S.A., Termelétrica Itapebi S.A. e Monte Pascoal S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.489.746,46
f. Principais fatos	Trata-se, em suma, de ação de cobrança por meio da qual a empresa EMPA S.A. - Serviços de Engenharia anseia revestir de executoriedade as parcelas não pagas oriundas do Contrato de Prestação de Serviços das Obras Cíveis referentes à Usina Termelétrica celebrado entre as partes, no valor histórico de R\$ 1.489.746,46. Narra, para tanto, que prestou devidamente seus serviços, sem, contudo, auferir a devida contraprestação. Assim sendo, ante ao inadimplemento da obrigação, ajuizou a presente demanda, com vistas ao recebimento da quantia que entende ser devida. Foram apresentadas contestações pelas Rés. Em 05.07.2013, as partes foram intimadas a manifestarem-se em provas. Processo julgado parcialmente procedente, condenando a Multiner a pagar a EMPA os valores descritos na sentença. Autos em fase recursal, aguardando julgamento de recurso de apelação.
g. Chance de Perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor cobrado
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 1.489.746,46

4.3 Processo nº 0429239-20.2016.8.19.0001, Admissibilidade dos atos processuais sigilosos e relevantes

Processo nº 0429239-20.2016.8.19.0001	
a. Juízo	46ª Vara Cível do Rio de Janeiro.
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	15/12/2016
d. Partes no Processo	Autor: Petrobras Distribuidora S.A. (BR)
	Réu: Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 208.000.000,00
f. Principais fatos	BR Distribuidora ingressou com ação de cobrança em face da RAESA em decorrência do não pagamento pelo fundo CCC-Isol dos valores decorrentes de combustível que deveriam ter sido reembolsados pela Eletrobrás. Processo teve perícia realizada, com sentença de procedência, consolidando os valores apurados pela perícia. Recurso de apelação interposto, foi levado a julgamento, tendo sido convertido julgamento em diligência determinando que a perícia seja complementada. Feito aguardando realização de perícia suplementar para ser submetido a julgamento.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor devido em decorrência do combustível fornecido e não reembolsado pelo fundo CCC-Isol
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 243.815.000,00

Processo nº 00173042-92.2017.8.19.0001	
a. Juízo	Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	11/07/2017
d. Partes no Processo	Autor: Fundiágua Réu: Multiner S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.108.407,16

4.3 Procedimentos, Admissões sigilosas e relevantes

f. Principais fatos	Fundiação propôs ação de execução em face da Multiner referente a CCB's que entende terem vencido e que não foram repactuadas. Foi apresentada exceção de pré-executividade tendo sido declinada competência da Vara, para que fosse remetida a uma vara Cível. Foram apresentados
---------------------	--

4.3. Faixa de risco jurídica, Admissibilidade dos ativos sigilosos e relevantes

	embargos declaratórios, estando o feito aguardando julgamento. A discussão ainda faz parte de procedimento arbitral. Em sede de agravo de instrumento, foi deferida liminar para suspensão do feito, ante a existência de discussão em sede de arbitragem sobre a questão.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Ter que efetuar o pagamento das CCB"s
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 15.108.407,16

Processo nº 0103467-36.2013.8.19.0001	
a. Juízo	12ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	27.03.2013
d. Partes no Processo	Autor: Multiner S.A.
	Réu: Mundo Limpo S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.005.140,06
f. Principais fatos	MULTINER S/A moveu ação de cobrança em face de MUNDO LIMPO S/A, objetivando a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$ 1.005.140,06 (um milhão cinco mil cento e quarenta reais e seis centavos) referente a contrato de mútuo celebrado entre as partes que não foi adimplido pela Ré. Pedido julgado PROCEDENTE em 27.11.2014 e transitado em julgado em 13.05.2015. Atualmente o processo está em fase de execução do valor da condenação, buscando-se a localização de bens e quebra da personalidade jurídica.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não recebimento do valor cobrado.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	Não há perda. Processo movido pela Multiner. Deixaria de receber a quantia de R\$ 2.029.065,50

4.3. Faixas de risco julgadas, Admissões, sigilosas e relevantes sigilosas e relevantes

Processo nº 0210185-31.2013.5.21.0008	
a. Juízo	8ª Vara Federal do Trabalho de Natal – RN
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	22.11.2013
d. Partes no Processo	Autor: José Alicélio da Silva
	Réu: New Energy Options Geração de Energia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.383,37
f. Principais fatos	Ação trabalhista movida por José Alicélio da Silva em face da empresa Konstrução Ltda. E New Energy Options. Ação julgada procedente, condenando a New Energy como devedor subsidiário. Apresentado Recurso de Apelação e recolhida as cuystas recursais, os recursos foram improvidos, e esgotadas as buscas em face do devedor principal, a New Energy pode vir a ser cobrada pelo valor condenatório. Depósito recursal supre o valor condenatório.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não serem localizados bens do devedor principiapl e ter que arcar com condenação por ser devedor subsidiário.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 12.979,58, valor este já depositado nos autos como depósito recursal quando da apresentação de recurso.

Processo nº 02871-45.2012.8.20.0100	
a. Juízo	1ª Vara Cível da Comarca de Assu - RN
b. Instância	Juízo de Primeiro Grau
c. Data de Instauração	18.12.2012
d. Partes no Processo	Autor: Colassú Empreendimentos Imobiliários Ltda.
	Réu: New Energy Options Geração de Energia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.200.000,00

4.3. Faixa de risco jurídica, Admissibilidade dos riscos e ações mitigadoras sigilosas e relevantes

f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais proposta pela Colassu em face da New Energy, objetivando receber indenização em decorrência de sustentar ter idealizado um empreendimento exatamente onde foi instalada parte da linha de transmissão da New Energy, sustentando que comprou o terreno do proprietário que fez o arrendamento da área em favor da New Energy. Processo encontra-se em fase de conclusão da instrução processual tendo sido realizada perícia no local. Ainda sem decisão.
g. Chance de Perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, teremos de desembolsar a quantia que for fixada pelo juízo para pagamento de indenização.
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 3.033.984,83. Valor dos pedidos da inicial, devidamente atualizados.

Processo nº 0004421-05.2016.8.07.0001	
a. Juízo	3ª Vara das execuções de Títulos extrajudiciais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data de Instauração	19.02.2016
d. Partes no Processo	Autor: Postalis
	Réu: Rio Amazonas Energia S.A. e Multiner S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 129.000.000,00

4.3 Procedimentos, Admissões sigilosas e intervenções sigilosas e relevantes

f. Principais fatos	Ação de execução de Cédulas de Crédito Bancário onde figura como credora a exequente Postalis em face da Rio Amazonas Energia S.A. e Multiner. Decisão cde primeiro grau julgou extinta a execução por entender que essa foi proposta com cópias das CCB'S. Foi interposto Recurso de apelação pela exequente tendo o Tribunal reformado a decisão e entendido pela regularidade na execução dops títulos através de cópias. Foi interposto Recurso Especial por parte dos executados, os quais foram admitidos. Em paralelo Postalis propôs execução provisória do julgado, em tramite na mesma vara, sob o nº 0719834-80.2017.8.07.0001. Todos os feitos estão suspensos desde dezembro de 2018, em decorrência de stand still assinado entre as partes, visando chegar a um acordo.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Ter que efetuar o pagamento das CCB's
i. Valor do impacto em caso de perda do processo	R\$ 155.000.000,00

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item.**4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item.**

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total provisionado pela Companhia, incluindo suas controladas, com relação a alguns processos descritos no item 4.3 deste formulário de referência perfazia o total de R\$ 4.022.998,37 (Quatro milhões, vinte e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos), distribuído da seguinte forma:

(i) Processos Cíveis: A Cia. Possui 5 processos cíveis perfazendo uma provisão total de R\$ 3.236.912,57 (Três milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e doze reais e cinquenta e sete centavos);

(ii) Processos Tributários: Não há provisões;

(iii) Processos Trabalhistas: A Cia. é demandada em 1 Reclamação Trabalhista perfazendo uma provisão total de R\$ 12.979,58 (doze mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos); e

(iv) Processos Administrativos e arbitrais: A Cia. Possui 3 processos administrativos dos quais foram provisionados a quantia de R\$ 786.085,80 (setecentos e oitenta e seis mil, oitenta e cinco reais e oitenta centavos).

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia possui processo arbitral, em tramite perante a Câmara FGV, o qual possui um risco possível de R\$ 27 milhões de reais.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Na data deste formulário de referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes nos quais a Companhia seja ré.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

A Companhia tem provisionado a quantia de R\$ 4.022.998,37 (Quatro milhões, vinte e dois mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos), decorrentes de processos cíveis, trabalhistas e administrativos.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

A Companhia não possui outras contingências relevantes que não estejam abrangidas pelos itens anteriores

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Item não aplicável, pois a Companhia é emissor nacional, tem sede no Brasil e seus valores mobiliários são custodiados neste país

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

b. as estruturas organizacionais envolvidas:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

As letras “d” e “e” estão respondidas abaixo. O Relatório de Recomendações e Comentários à Administração referente ao exercício findo de 2020 foi emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes sobre os seguintes temas:

1. Aprimoramento dos procedimentos de inventário físico realizados anualmente (Aplicável a NEO)

Classificação: **DCI**

Durante os procedimentos de inventário realizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 identificamos que existiam itens para os quais a Companhia não foi capaz de realizar a contagem, por tratar-se de bobinas para as quais a Companhia não dispõe de maquinário ou ferramentas adequadas para realizar a contagem da metragem remanescente.

Atualmente a Companhia efetua o controle de entradas e saídas de acordo com o consumo do item, porém esse controle pode acarretar falhas as quais seriam mitigadas e ajustadas com o procedimento de inventário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Recomendação:

Recomendamos que a Administração aprimore os procedimentos de contagem para as bobinas, buscando formas alternativas de conferir que o saldo na data do estoque de fato reflete a posição física.

Comentários da Administração:

Na prática nenhum Parque Eólico possui maquinário / ferramental para contagem de metragem de bobinas de cabos. Todas as bobinas estão identificadas e em sua grande maioria lacradas conforme veio de fábrica. Para as que estão abertas a Companhia possui controle de metros utilizados, conforme apontamentos dos relatórios de manutenções.

2. Aprimoramento dos controles aplicáveis ao (CPC 06 R2) (Aplicável a Multiner e New Energy)

Classificação: DCI

A Companhia adotou a partir de 1º. de janeiro de 2019 a nova norma CPC 06(R2) (IFRS 16) – Arrendamento Mercantil, ao qual requer que parte significativa de seus contratos de aluguel operacionais sejam reconhecidos no balanço patrimonial, como um ativo direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Como o pronunciamento trouxe impacto significativo para a Empresa e devido à relevância do assunto, durante nossos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, identificamos as seguintes situações e pontos de melhoria dos controles internos:

(i) Sistemas, processos e controles

A Empresa atualmente vem se utilizando para controle e cálculos dos bens com impacto da nova norma, planilhas em Excel. O uso e dependência de planilhas para cálculo, pode ocasionar falhas de controles, gerando ineficiências e atrasos nos processos de fechamento, mensal, além de poder gerar duplicidade de trabalhos por diferentes profissionais e erros.

Destacamos alguns aspectos decorrentes desta norma que devem ser considerados pela administração:

- (a) o volume de dados a serem armazenados nas apurações do resultado contábil e fiscal mensal deve aumentar ao longo dos anos; e
- (b) necessidade constante da manutenção dos dados e saldos registrados nas planilhas que dificultam a análise, por exemplo, alteração da inflação real e seus efeitos prospectivos na data base de reajuste, tratativas das alterações contratuais como cancelamento ou modificação dos contratos de aluguel em decorrência de renegociações que possam ser feitas o que eventualmente poderão requerer a alteração da taxa de juros dos contratos, manutenção de base de planilhas paralelas (espelho) com o recálculo da inflação projetada para atendimento das divulgações requeridas pela norma, manutenção periódica dos dados de inflação, dentre outros aspectos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(ii) Riscos

A Companhia pode deixar de capturar tempestivamente informação para manutenção dos registros existentes ou novos contratos quando do fechamento mensal ou elaboração de suas demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras, espera-se que elas sejam elaboradas com qualidade adequada, e contemplando todas as divulgações requeridas. Além disso, apresente baixo volume de alterações entre a primeira versão disponibilizada e a versão final.

Recomendação

Com base no exposto acima, recomendamos que a Administração implemente e aprimore esses processos e controles através da formalização e estabelecimento de protocolos, além do envolvimento com demais departamentos, tais como: tesouraria, controladoria, jurídico, suprimentos, fiscal, envolvidos diretamente ou indiretamente na obtenção e preparação das informações financeiras para suportar as divulgações requeridas e a manutenção dos saldos das atividade de arrendamento.

Não obstante, recomendamos ainda que a Companhia busque em seu sistema ou outras ferramentas disponíveis no mercado, software que permitam a obtenção de ganhos de eficiência e limitem o risco de erros através da automatização da gestão dos contratos de aluguel e efeitos da manutenção dessas transações de arrendamento na rotina do fechamento contábil da Companhia.

Comentários da Administração:

A Companhia está trabalhando constantemente na melhoria de seus processos e está em fase de conclusão da implantação de sistema ERP (Gesplan) para controle e gerenciamento dos contratos de arrendamento.

Tem por meta inserir todos os contratos para automatizar o processo de registro, atualização monetária e amortização até o junho de 2021. Desta forma, será mitigado a dependência do uso de planilhas em excel, evitando assim falhas de controles e risco de erro.

3. Risco de vínculo empregatício (Aplicável a Multiner)

Classificação: **DCI**

A Companhia contrata profissionais para cargos gerenciais sob a forma de pessoa jurídica. Com relação a atividade desenvolvida pelos profissionais, temos que as seguintes afirmações são verdadeiras:

Utilizava a infraestrutura da empresa, possuindo mesa de trabalho, ramal e e-mail corporativo;

- Cumpre jornada de trabalho regular;
- Recebe remuneração mensal e fixa;
- Seu contrato prevê a prestação de serviços contínuos;
- O serviço é prestado com exclusividade;
- Responde diretamente aos gestores de suas áreas de atuação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Portanto, constatamos que na relação entre este prestador de serviço e a Companhia estavam presentes alguns requisitos caracterizadores do vínculo empregatício, como (i) pessoalidade, (ii) habitualidade e (iii) subordinação. Dessa forma, este profissional poderá ingressar com reclamações trabalhistas requerendo o reconhecimento do vínculo de emprego, sujeitando a empresa ao pagamento das verbas trabalhistas decorrentes da relação de trabalho, como férias, 13º salário, FGTS, entre outros. Além do risco de reclamações trabalhistas, em uma possível fiscalização da Receita Federal do Brasil, a autoridade competente ainda poderá exigir o recolhimento da contribuição previdenciária e do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre as remunerações pagas e que as parcelas de férias e 13º salário dos dirigentes que não são celetistas deve ser considerado como não dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL.

Recomendação

Recomendamos a revisão do procedimento adotado visando evitar futuros questionamentos trabalhistas ou tributários.

Comentários da Administração:

Existia na Companhia, apenas um profissional contratado na modalidade (PJ), contrato já rescindido. O cargo exercido pelo colaborador autônomo era de confiança, o que gera ausência de responsabilidade por eventuais encargos de horas extras e seus reflexos, e conseqüentemente minimiza os riscos. Importante frisar que esta modalidade de contratação não existe a obrigatoriedade de prestação de serviços exclusivos para a Companhia.

Quantos aos tributos, em decorrência da empresa prestadora de serviços estar enquadrada no simples nacional, os recolhimentos ficaram sob a responsabilidade dela, ocasião em que faz a apresentação dos comprovantes, sempre que solicitado.

4. Ausência de confronto entre depósitos judiciais e os processos contingentes (Aplicável a NEO)

Classificação: DCI

Durante os procedimentos de circularização de advogados realizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 quanto aos saldos de contingências, identificamos mediante confronto dos processos informados nas respostas de circularizações de advogados com os saldos de depósitos que a Companhia não possui controles de atualização dos saldos de depósitos judiciais o que acarretou a impossibilidade de um confronto razoável.

A ausência de controles que possibilitem a correlação entre a base de depósitos com a base de processos pode acarretar saldos contábeis incorretos e na impossibilidade de vínculo dos depósitos com os processos.

Recomendação

Recomendamos que o departamento jurídico aprimore e revise esses procedimentos, de forma a conciliar os saldos de depósitos com os processos correspondentes.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Comentários da Administração:

Os depósitos judiciais realizados pela Companhia não se referem a processos contingentes. Trata-se de caso específico de depósito em juízo de valor fixado de arrendamento da NEO, sem necessidade de atualização. Este depósito refere-se a disputa entre proprietários de terreno arrendado, e por isso qualquer desdobramento acarretaria responsabilidades entre as partes e não à NEO que apenas estava cumprindo com a ordem de depositar o valor em juízo.

5. Aprimoramento dos procedimentos de teste de *impairment* para máquinas e equipamentos (Aplicável a Monte Pascoal e Itapebi)

Classificação: **DCI**

Durante os procedimentos de auditoria quanto a revisão do estudo elaborado pela Control Consulting observamos que o trabalho apresentado não atende os padrões mínimos exigidos pela NBR 14.653 (norma brasileira de avaliação de ativos), requerida em todos os trabalhos que caracterizam a valoração de bens tangíveis. Segundo a NBR 14.653, para um trabalho ser caracterizado como laudo de avaliação é obrigatório atingir minimamente o grau 1 de fundamentação, cujos requisitos necessários incluem a obrigatoriedade de que 80% do valor da avaliação de bens móveis seja proveniente de inputs de mercado (cotação com fabricantes e/ou fornecedores de itens novos ou usados). As avaliações de Monte Pascoal e Itapebi apresentam um percentual cotado de 10% e 0%, respectivamente, segundo os próprios Analistas informaram em resposta aos nossos questionamentos.

Uma vez que o trabalho não apresenta inputs de mercado em quantidades mínimas, não conseguimos sequer emitir uma análise comparativa, basicamente a ControlConsulting vem atualizando por índice (IPCA) um trabalho realizado faz 3 anos, porém sabemos que a variação de valor de um ativo não acompanha necessariamente somente a variação dos índices econômicos. Desta forma, a cada ano que passa, o descolamento entre o valor a novo real dos ativos e o valor a novo obtido com a aplicação de índice econômico só aumenta.

Ainda sobre o índice, quando um ativo tem origem estrangeira, o correto é realizar a atualização de valor considerando os índices do país de origem. Segundo a ControlConsulting, os equipamentos são alemães e o correto seria aplicar um índice alemão, juntamente com a devida variação cambial do período (dez/2018 e dez/2020).

Recomendação

Recomendamos que a Administração avalie junto ao consultor a melhor forma de aplicar as premissas básicas requeridas pela norma de forma a elaborar um laudo adequado e que possibilite uma revisão por parte tanto da Administração quanto dos auditores independentes.

Comentários da Administração:

Durante a realização dos trabalhos foi realizada a solicitação de cotações, porém, não houve respostas dos fornecedores. A Administração da Companhia recebeu retorno de cotação do equipamento (motor) do fornecedor Wartsila utilizando este como base. Para a realização dos trabalhos também foi aplicado atualizações através do valor histórico e avaliações pelo Banco de Preços Referencial da ANEEL

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

e o método de atualização do “custo histórico” utilizado foi o “IPCA”.

Adicionalmente, foi utilizada as taxas de depreciação da Resolução Normativa 674/2015 (MANUAL DE CONTROLE PATRIMONIAL DO SETOR ELÉTRICO MCPSE) ANEEL.

A Companhia avaliará a melhor forma de aplicar as premissas requeridas pela norma, contudo, entende a dificuldade de se obter cotações de equipamentos similares uma vez que estes equipamentos foram desenvolvidos para projetos específicos.

6. Ausência de Adição de Baixa de Créditos Prescritos (Recorrente) (Aplicável a RAESA)

Classificação: **DCI**

A Sociedade registrou em sua contabilidade um saldo de R\$223 mil na conta: “610511601051 - PERDA DE IMPOSTOS A RECUPERAR” referente a baixa de créditos prescritos. Não identificamos a adição dos valores nas bases de IRPJ e CSLL.

Recomendação

Sugerimos que a Sociedade analise o procedimento adotado, a fim de evitar questionamentos por parte do fisco.

Comentários da Administração:

Os valores foram adicionados no cálculo em 2020.

7. PIS e COFINS - Possibilidade de questionamento quanto a falta de tributação de outras receitas - Conta contábil “61112104001 - Ganho pelo valor de indenização de sinistros” (Recorrente) (RAESA E NEO)

Classificação: **DCI**

Em análise da contabilidade da Rio Amazonas Energia S/A (Raesa) e New Energy S/A, identificamos a conta de resultado “61112104001 - GANHO PELO VALOR DE INDENIZACAO DE SINISTROS”, no valor de R\$ 16.666.254 para a Raesa, e R\$ 536.495 para a New Energy, Totalizando um montante de R\$ 17.202.750 para o período base de análise (dezembro/19).

Verificamos que a empresa obteve, em 2019, ganho pelo valor de indenização de sinistros. Para esse tipo de receita, identificamos a Solução de Consulta Cosit nº 99003/2018, a qual dispõe que há incidência das contribuições para os valores referentes a receitas com indenização com sinistros sobre bens do ativo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Empresa	Tipo de Receita	PIS/COFINS	Valor Devido (R\$)
Raesa	Ganho com indenização de sinistro	9,25%	R\$ 1.541.629
New Energy	Ganho com indenização de sinistro	9,25%	R\$ 49.626
Total			R\$ 1.591.255

Recomendação

Frente ao exposto, em eventual fiscalização, não afastamos o risco de as autoridades fiscais vir a questionar os valores sobre os ganhos de indenização de sinistros, classificando-as como receita tributável de PIS e COFINS e, solicitarem o recolhimento acrescido de multa equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) e juros SELIC.

Comentários da Administração:

A administração tem ciência dos possíveis questionamentos, mas estamos acompanhando este assunto e entendemos ter bons argumentos da não tributação de PIS e COFINS sobre estes valores por se referirem única e exclusivamente para recomposição patrimonial com base nos relatórios da seguradora. Os valores relacionados a lucros cessantes foram oferecidos a tributação.

8. Possibilidade de questionamento quanto ao crédito de ICMS sobre o cust (Aplicável a Raesa)**Classificação: DCI**

Verificamos na conta contábil de ICMS a Compensar (110520101001), no balancete da Raesa, para o período base de análise (dezembro/19), o valor de R\$ 1.309.045. Verificamos que dentro desse valor o cliente efetuou o registro de créditos de ICMS sobre itens considerados Insumo e sobre TUSD (Taxa de Uso do Sistema de Distribuição) e TUST (Taxa de Uso do Sistema de Transmissão). O valor apurado de crédito sobre a CUST correspondente a R\$ 668.831,97. Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça considerou descabida a inclusão da TUST e da TUSD na base de cálculo do ICMS, pois significaria confundir o efetivo consumo de energia com seus custos de transmissão e distribuição, como a decisão do TJ-PE, Embargos de Declaração no recurso de Agravo no Reexame Necessário 0317115-3, 1ª Câmara de Direito Público, relator desembargador Erik de Sousa Dantas Simões, Julgamento: 4.11.2014

Recomendação

Recomendamos o aproveitamento de créditos de ICMS sobre os custos de transmissão e distribuição, consideramos importante que a empresa busque uma opinião legal de seus advogados para resguardar a tomada desses créditos.

Comentários da Administração:

Parecer externo está previsto para este ano afim de utilizarmos os créditos em questão com segurança, uma vez que tal procedimento poderá chamar atenção do Fisco Estadual e causar transtornos na circulação de peças e equipamento dentro do Estado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

9. Inadequações no Cálculo do Lucro da Exploração (Aplicável a RAESA)

Classificação: **DCI**

A Sociedade realizou o cálculo do Lucro da Exploração, entretanto, não se aproveitou do benefício para fins de recolhimento do imposto. Fomos informados que isto ocorreu, pois, a aprovação do laudo só se deu em dezembro-20 e que os valores apurados serão recalculados a fim de considerar o impacto da redução do Lucro da Exploração.

Adicionalmente, identificamos algumas inadequações no cálculo do benefício conforme segue:

- Ausência de segregação das receitas incentivadas e não incentivadas;
- Ausência de exclusão dos valores de receita financeira excedentes as despesas financeiras;
- Ajustes de variação cambial, tendo optado pelo regime de competência.

A Companhia informou ainda que o time da EY Recife irá realizar a revisão do cálculo antes do aproveitamento. Isto posto, recomendamos que a Companhia se atente ao procedimento adotado, a fim de manter o cálculo adequado em períodos futuros e evitar questionamentos por parte das autoridades fiscalizadoras.

Recomendação

Diante do exposto, sugerimos que a Sociedade analise o procedimento adotado, a fim de evitar questionamentos por parte do fisco.

Comentários da Administração:

O cálculo foi corrigido e realizado com a melhor abertura das contas financeiras, demonstrando os impactos previstos em lei, não impactando o cálculo já realizado de IRPJ/CSLL e avaliamos não ser necessária a contratação da equipe da EY Recife para a revisão do cálculo do Lucro da Exploração na RAESA

10. Reembolso CCC Eletrobras - (Recorrente) (Aplicável a Raesa)

Classificação: **DCI**

Em análise da contabilidade da Rio Amazonas Energia S/A (Raesa) identificamos a conta de resultado "610510402001 - (-) REEMBOLSO CCC ELETROBRAS", a qual totaliza um montante de R\$ 38.173.001 para o período base em análise (dezembro/2019). Identificamos que essa conta se refere ao usufruto do reembolso de custos com o consumo de combustíveis geração termelétrica, para suprir demandas do consumidor final, subsidiado pela Aneel, conforme RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 801, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Este reembolso é solicitado para que o custo da geração de energia termelétrica fique mais baixo e com isso não há o repasse para o consumidor final, deixando a tarifa mais baixa. Entretanto, conforme análise à Solução de Consulta nº 10 – SRRF02/Disit, entende-se que tal subsídio pode ser considerado subvenção para custeio, de forma que ocorre a incidência tributária das contribuições

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Empresa	Tipo de Receita	PIS/COFINS	Valor Devido (R\$)
Raesa	Reembolso Eletrobras	9,25%	R\$ 3.531.003

Recomendação

Frente ao exposto, em eventual fiscalização, não afastamos o risco de as autoridades fiscais vir a questionar os valores sobre os reembolsos de custos, classificando-as como receita tributável de PIS e COFINS e, solicitarem o recolhimento acrescido de multa equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) e juros SELIC.

Comentários da Administração:

Em 2020 já começamos a oferecer este valor do reembolso para tributação e no 2º semestre de 2021 obteremos junto aos advogados externos um parecer para definir se estes valores devem ser considerados na base de cálculo do PIS e da COFINS.

11. Gratificação de dirigentes - (Recorrente) (Aplicável a Multiner)Classificação: DCI

A Companhia adiciona na apuração da CSLL os valores de gratificações a dirigentes. Ressaltamos que de acordo com o anexo I da IN 1700, não existe a obrigatoriedade de adição de tais valores para fins de CSLL.

Recomendação

Diante do exposto, sugerimos que a Sociedade analise o procedimento adotado, a fim de evitar questionamentos por parte do fisco.

Comentários da Administração:

A Companhia utiliza o mesmo critério para base de tributação do IRPJ e CSLL, mantendo as bases iguais, porém em 2021 iremos alinhar internamente se iremos mudar este procedimento.

12. Saldo Negativo – Decadência (Recorrente) (Aplicável a RAESA)Classificação: DCI

Verificamos no balancete disponibilizado que a Sociedade possui contabilizado saldos negativos de 2009, 2011, 2012, 2013, 2014, e 2015. Adicionalmente, fomos informados que foi solicitado o pedido de restituição junto à RFB e que devido a demora na análise do pedido, a RAESA impetrou Mandado de Segurança em 2017, a fim de se aproveitar dos créditos.

Após liminar favorável à RAESA, a RFB concedeu um prazo de 05 dias para que a Companhia apresentasse todos os documentos envolvidos na apuração dos saldos negativos. Devido ao curto período de tempo, não foi possível reunir toda a documentação e o que culminou na glosa dos créditos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Dado o indeferimento dos pedidos de restituição, a RAESA apresentou Manifestação de Inconformidade, estando alguns aguardando decisão de primeira instância administrativa e outros aguardando apreciação pelo CARF.

Apresentamos abaixo os montantes contabilizados:

# Conta	Descrição	Saldo dez/20
120510102001	IRPJ SALDO NEGATIVO 2009	11.981
120510102002	IRPJ SALDO NEGATIVO 2011	10.222
120510102003	IRPJ SALDO NEGATIVO 2012	5
120510102004	IRPJ SALDO NEGATIVO 2013	6.835
120510102005	IRPJ SALDO NEGATIVO 2014	8.612
120510102006	IRPJ SALDO NEGATIVO 2015	7.168
120510202001	CSLL SALDO NEGATIVO 2009	4.213
120510202002	CSLL SALDO NEGATIVO 2011	3.442
120510202003	CSLL SALDO NEGATIVO 2012	50
120510202004	CSLL SALDO NEGATIVO 2013	21
120510202005	CSLL SALDO NEGATIVO 2014	2.082
120510202006	CSLL SALDO NEGATIVO 2015	1.747
		56.379

A Companhia possui ainda parecer dos advogados, sendo as chances de êxito dos processos avaliadas como possíveis.

Recomendamos que a Companhia siga acompanhando o desenrolar dos processos, tendo em vista que em caso de indeferimento os valores dos saldos negativos deverão ser baixados e adicionados na apuração do IRPJ e da CSLL.

Recomendação

Diante do exposto, sugerimos que a Sociedade analise o procedimento adotado, a fim de evitar questionamentos por parte do fisco.

Comentários da Administração:

A Companhia já realiza o acompanhamento constante destes processos para que em qualquer mudança, isso seja refletido nas demonstrações financeiras.

13. Exclusão de provisão de período anterior à opção do Lucro Real - (Recorrente) (Aplicável a NEO)

Classificação: **DCI**

A Companhia adota o procedimento de ajustar as provisões através de suas contas patrimoniais, adicionando o saldo atual e excluindo o saldo anterior. Ocorre que em 2019 a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. Tendo em vista as provisões constituídas em período anterior à opção pelo Lucro Real não podem ser excluídas do período atual, recomendamos que a Companhia reveja o procedimento adotado.

Recomendação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Diante do exposto, sugerimos que a Sociedade analise o procedimento adotado, a fim de evitar questionamentos por parte do fisco.

Comentários da Administração:

Esta situação refere-se apenas a Multiner, pois a NEO não se enquadra nas regras de opção do Lucro Presumido.

Com relação a Multiner os valores adicionados/excluídos refletiram as movimentações do ano em 2020 e quando da informação junto a ECF iremos considerar os saldos de partidas apenas do ano corrente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A Companhia possui uma “*Política de Anticorrupção e Antissuborno*”, aprovada no segundo semestre de 2018 e revisada em agosto de 2020 pela área de Compliance e pela Diretoria Executiva. Essa política foi desenvolvida com base na Lei 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”) e no Decreto 8.420/2015. Foi desenvolvida também uma “*Política de Brindes, Presentes e Hospitalidade*” abordando temas específicos dessa prática. Esses documentos foram criados de acordo com avaliação de riscos de conformidade estabelecidos de acordo com as características de negócio e a Companhia estabeleceu que as reavaliações de documentos devem ocorrer anualmente.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes:

A Companhia possui uma área de Compliance liderada por um profissional com formação e expertise em Compliance, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria. A área é composta por 2 profissionais e foi criada pela Diretoria Executiva em 2017. A área de Compliance reporta-se diretamente ao CEO da Companhia e possui acesso ao Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética é aplicável a todas as partes relacionadas da Companhia.

• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema:

De acordo com as características da Companhia, entendemos que um treinamento anual abrange as necessidades de atualização sobre o Código de Ética.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O Código de Ética menciona a aplicação de medidas disciplinares, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em hipótese de violação ao Código de Ética.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

O Código de Ética foi aprovado pela Diretoria Executiva em 25/10/2017 e o documento pode ser consultado no site da Companhia conforme endereço abaixo:

www.multiner.com.br/compliance

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncia independente, gerido por uma empresa terceirizada denominada "Ouvidor Digital", contratada pela Companhia, responsável pelo recebimento de toda e qualquer denúncia.

Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O canal está aberto para recebimento de denúncias de empregados e de terceiros. Nos treinamentos efetuados sobre o canal de denúncias, tanto empregados quanto terceiros participaram.

Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

A plataforma gerida pela Ouvidor Digital é inviolável conforme certificação de segurança da informação obtida pelo referido fornecedor. O Código de Ética da Companhia menciona especificamente no tópico sobre Canal de Denúncias que "a Companhia proíbe expressamente qualquer retaliação contra o denunciante de boa-fé e que os relatos são tratados com total confidencialidade".

Órgão do Emissor Responsável pela Apuração de Denúncias:

O Comitê de Ética da Multiner, formado por 3 profissionais que representam as áreas de Compliance, Gestão de Pessoas e Jurídico, é responsável pela apuração das denúncias. Os membros do Comitê de Ética adotam as seguintes medidas: análise, verificação e resposta aos denunciante nos termos da Política do Comitê de Ética.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia adotará procedimentos padrões de mercado no caso de participar deste tipo de operação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

O emissor possui uma “*Política Anticorrupção e Antissuborno*”, conforme informado na alínea “a” acima.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A partir do ano de 2017, a Companhia iniciou a implantação de processos bastante rígidos de *compliance*, em todas as esferas das empresas do grupo, inclusive com a implantação de departamento específico para este fim.

Dentro das principais atividades realizadas, destacam-se:

- Avaliação de riscos de compliance
- Elaboração de Código de Ética
- Realização de auditorias internas de processos;
- Atendimento aos relatos recebidos através do Canal de Denúncias;
- Implementação do sistema de gestão integrada (SGI) baseado nas normas ISO 9001, 14001 e 31000;
- Elaboração de Políticas, Procedimentos e Instruções de Trabalho da área de Compliance
- Treinamentos para as plantas (RAESA e NEO) e corporativo referentes ao Código de Ética e Canal de Denúncias;
- Gestão de documentos da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	21/05/2007
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado. Em 10/07/2008, recebeu da CVM registro de companhia aberta, sendo desde então uma sociedade por ações de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/07/2008

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) foi constituída em 21 de maio de 2007, sob a forma de uma holding de instituição não financeira, e obteve seu registro de companhia aberta concedido pela Comissão de Valores mobiliários (“CVM”) em 10 de julho de 2008, sob código CVM 2152-0. Posteriormente, com a aprovação da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 480”), a Companhia passou a deter o registro na CVM de emissor categoria B, com autorização para negociação de valores mobiliários de sua emissão em mercados regulamentados de valores mobiliários, excetuados os previstos no art. 22, §2º da ICVM 480.

A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia possui atualmente um portfólio com 236,8 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 3 (três) usinas, sendo uma operada pela Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”), e duas operadas pela New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”).

A RAESA, responsável pela operação da usina termelétrica Cristiano Rocha (“UTE Cristiano Rocha”), é uma empresa estabelecida na cidade de Manaus/AM, com extensão territorial de 37,1 hectares e que possui a atividade específica de geração de energia elétrica, para posterior venda à Amazonas Energia S.A., subsidiária da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. A RAESA possui capacidade instalada de 85,38 MW e tem contrato até 2025 para o fornecimento de 65 MW ininterruptos de energia elétrica para a cidade de Manaus/AM.

Em operação desde novembro de 2006, a usina é composta atualmente por cinco conjuntos moto-geradores Wärtsilä 18V46-C2, com capacidade geração unitária de 17,076 MW, mediante a utilização de gás natural como energia principal e óleo combustível como secundária. Os principais fatores que levaram a empresa a optar por motores Wärtsilä foram o baixo consumo específico de combustível e os baixos valores de emissões de poluentes para a atmosfera.

Em julho de 2013, a UTE Cristiano Rocha interligou-se ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) através da linha de transmissão Tucuruí - Macapá - Manaus. Conhecida como “linhão”, esta permite a integração dos estados do Amazonas, Amapá e do oeste do Pará. Destaca-se que o sistema Manaus é o maior entre os sistemas isolados brasileiro, representando cerca de 50% do total do mercado de energia elétrica desses sistemas.

A excelência no desempenho das atividades da UTE Cristiano Rocha levou a empresa finlandesa Wärtsilä - fabricantes dos motores utilizados na usina - a agraciá-la com o prêmio “Melhor Planta 2007”, num reconhecimento dentre todas as plantas que fazem uso de seus

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

equipamentos em todo o mundo.

Em 2019 a RAESA firmou um acordo com a Amazonas GT dando início ao projeto de conversão dos motores Wärtsila, para geração de energia 100% à gás natural, um trabalho que vem sendo realizado em conjunto com a equipe técnica da Wärtsila com previsão de término em outubro de 2021.

A NEO, responsável pela operação do Parque Eólico Alegria, constituído pelas Usinas de Energia Eólicas (UEEs”) Alegria I e II, é uma empresa brasileira, controlada pela Multiner em parceria com a empresa Eólica Administração e Participações Ltda. (“Eólica”). O Parque Eólico Alegria está localizado no município de Guamaré/RN, local em que se encontram os melhores regimes de vento do País, com média anual de ventos que excedem 8,5 metros por segundo.

Com capacidade instalada total de 151,8MW, o Parque Eólico Alegria ocupa uma área total de cerca de 1.900 hectares, localizada na Praia do Minhoto, a aproximadamente 170Km da cidade de Natal/RN.

O Parque Eólico Alegria é composto por duas unidades, a saber: Alegria I e Alegria II. A unidade Alegria I é composta por 31 (trinta e um) aerogeradores, com potência total de 51,15 MW, enquanto que a unidade Alegria II, por sua vez, é composta por 61 (sessenta e um) aerogeradores com potência total de 100,65 MW. Os 92 (noventa e dois) aerogeradores do complexo foram fabricados pela empresa dinamarquesa Vestas, considerada a maior companhia mundial produtora de turbinas de energia eólica.

Em operação desde dezembro de 2010 (Alegria I) e novembro de 2012 (Alegria II), o complexo do Parque Eólico Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”), e possui contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements - PPAs) com vigência de um período de cerca de 20 (vinte) anos.

É previsto que a oferta de energia do Parque Eólico Alegria corresponda ao consumo de aproximadamente 194 mil famílias, evitando a emissão de cerca de 120 mil toneladas de CO2 à atmosfera.

A Multiner detém o controle acionário da RAESA e opera as usinas eólicas em parceria com a Eólica (na proporção 80% Multiner e 20% Eólica). Para exploração de seu portfólio, a Companhia detém autorizações outorgadas pelo órgão regulador competente, com vencimento em 2025 - RAESA e 2031 – Parque Alegria I e II.

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi assume o controle da Multiner S.A., que

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

ainda possui o Multiner Fundo de Investimento em Participações ("Multiner FIP") como acionista.

O Grupo Bolognesi atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 932 MW em operação, sem incluir os ativos da Multiner S.A. Desse total operacional, 166 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 766,38 MW de usinas termelétricas.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Não há quaisquer pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial em nome da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

A Companhia não possui informações relevantes que não estejam abrangidas pelos itens anteriores.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A Multiner S.A (“Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, que detém autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica.

Objeto Social:

A Companhia tem por objeto social a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades civis ou comerciais, no país e no exterior, principalmente no setor de energia. Para atender ao objeto social da Companhia, esta poderá constituir subsidiárias sob qualquer forma societária.

Estrutura Societária:

Informações sobre as Controladas:

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 96,04%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

Rio Amazonas Energia S.A. (RAESA – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletroeletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras; e
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Em operação desde 2010 e 2011, respectivamente, a sociedade possui contrato firmado com a Eletrobrás, para a venda de energia, pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Empresas Descontinuadas:

Termelétrica Itapebi S.A. (Itapebi – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente e a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista. - ***Outorga Revogada;***

Termelétrica Monte Pascoal S.A. (Monte Pascoal – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada;***

Termelétrica Pernambuco IV S.A. (Pernambuco IV – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada;***

Termelétrica Termopower V S.A. (Termopower V – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada (em discussão judicial); e***

Termoelétrica Termopower VI S.A. (Termopower VI – 100%) - Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo/SP - Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível, e o comércio atacadista de energia elétrica para a venda ao Sistema de Distribuição de Eletricidade, na forma de produtor independente. - ***Outorga Revogada.***

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não houve, em relação aos 3 (três) últimos exercícios sociais, a celebração de contratos relevantes pela Companhia e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1_ Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") entende que o seu fluxo de caixa operacional em conjunto com ações a serem estruturadas e operacionalizadas nos próximos anos, é suficiente para as atuais exigências de manutenção das atividades, serviços e operação em geral, mesmo com o capital circulante líquido negativo em 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R\$283.539 (R\$225.703 em 31 de dezembro de 2019) e consolidado de R\$333.029 (R\$268.869 em 31 de dezembro de 2019) decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R\$1.683.382 (R\$1.625.447 em 31 de dezembro de 2019), e capital circulante líquido negativo individual de R\$27.640 (R\$26.756 em 31 de dezembro de 2019) e consolidado de R\$1.155.482 (R\$1.309.125 em 31 de dezembro de 2019), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionadas às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia, já estar em tratativas para regularização de tais pendências.

A Companhia apresenta abaixo as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2020	2019	2018
Patrimônio Líquido	-333.029	-268.869	-236.620
Disponibilidades	121.401	102.202	22.427
Arrendamento financeiro	130.526	147.857	163.923
Empréstimos e Financiamentos	1.357.586	1.295.072	1.329.870
Debêntures	12.531	9.194	7.636
Fornecedores	227.038	229.722	233.126

(b) Estrutura de capital

A nossa estrutura de capital consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

Em milhões de R\$, exceto %	Exercício social encerrado em 31 de dezembro		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros	118%	114%	112%
Capital próprio	-18%	-14%	-12%
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros)	2.233.606	2.162.187	2.173.743
Patrimônio líquido (capital próprio)	-333.029	-268.869	-236.620

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Endividamento

Atualmente, a Companhia tem como base em seu endividamento Cédulas de Créditos Bancários (“CCB’s”) emitidas pela RAESA e pela New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”), debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) obtido pela NEO.

As dívidas da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, totalizaram R\$ 1.370.117, sendo 53,8% de CCB’s (R\$ 736.921), 45,3% financiamento (R\$ 620.665) e 0,9% debêntures (R\$ 12.531). O custo médio ponderado do endividamento total da Companhia atualmente está em 8,7% a.a. +IGP-M.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia não possui captação de recursos por meio de contratos financeiros e entende que o seu fluxo de caixa operacional é suficiente para a manutenção do seu capital de giro e atuais exigências de manutenção das atividades operacionais, serviços e investimentos em geral,

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia entende que em função de sua geração de caixa atual, tem recursos suficientes para cumprir com as obrigações operacionais.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Empréstimos/financiamentos e debêntures

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em 2012, que determinou que parte das dívidas individuais e consolidadas ainda remanescentes sejam convertidas em capital ou alongadas. As CCBs da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas (covenants) que, com essa reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado.

Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento dos covenants contratuais. Nesta mesma data foram liquidadas e convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

A controlada direta NEO deve divulgar anualmente o ICSD bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação de determinados ativos por força de cláusula

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado ("Petros").

Em 31 de dezembro de 2020, a NEO estava em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de RAESA, NEO e Itapebi;
- Fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes as Termelétricas IV, Termopower V, Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e,
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$630.

(g) Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui limites de financiamentos contratados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Principais alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A tabela abaixo contém informações extraídas do Balanço Patrimonial da Companhia levantados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	2020	2019	2018	Variação 2020/2019
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	121.401	102.202	22.427	18,8%
Contas a receber	57.156	57.549	146.434	-0,7%
Tributos a recuperar	41.911	44.444	40.702	-5,7%
Arrendamento	18.701	17.487	16.340	6,9%
Estoque	29.245	24.307	22.426	20,3%
Adiantamentos a fornecedores	4.815	4.903	7.432	-1,8%
Outros créditos	6.421	9.824	3.353	-34,6%
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	279.650	260.716	259.114	7,3%
NÃO CIRCULANTE				
Tributos a recuperar	82.417	90.267	105.780	-8,7%
Arrendamento	111.825	130.370	147.583	-14,2%
Contas a receber	-	19.816	-	-100,0%
Depósitos judiciais	235	220	325	6,8%
Partes relacionadas	449.279	449.279	474.385	0,0%
Outros créditos	12.879	3.101	2.432	315,3%
Depósitos vinculados	107.467	105.067	100.103	2,3%
Intangível	99.434	109.470	119.023	-9,2%
Imobilizado	736.588	704.504	724.050	4,6%
Ativo de direito de uso	16.475	16.180	-	1,8%
Propriedades para investimento	4.328	4.328	4.328	0,0%
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.620.927	1.632.602	1.678.009	-0,7%
TOTAL DO ATIVO	1.900.577	1.893.318	1.937.123	0,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	2020	2019	2018	Varição 2020/2019
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	736.921	859.244	724.167	-14,2%
Debêntures	12.531	9.194	7.636	36,3%
Fornecedores	227.038	229.722	233.126	-1,2%
Obrigações sociais e trabalhistas	1.958	1.719	1.354	13,9%
Obrigações tributárias	7.542	8.282	13.775	-8,9%
Passivo de arrendamento	1.345	974	-	38,1%
Outras obrigações	447.797	460.706	440.516	-2,8%
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	1.435.132	1.569.841	1.420.574	-8,6%
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	620.665	435.828	605.703	42,4%
Obrigações tributárias	3.627	5.336	551	-32,0%
Impostos diferidos	41.286	44.973	48.659	-8,2%
Provisão para demandas judiciais	4.036	4.674	14.242	-13,6%
Provisão para desmobilização de ativos	30.242	27.211	24.685	11,1%
Outras obrigações	72.926	49.247	49.357	48,1%
Passivo de arrendamento	16.516	15.901	-	3,9%
Provisão para perda de investimentos	9.176	9.176	9.972	0,0%
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	798.474	592.346	753.169	34,8%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	855.828	855.828	855.828	0,0%
Reserva de capital	543.916	543.916	543.916	0,0%
Prejuízos acumulados	(1.683.283)	(1.625.447)	(1.597.319)	3,6%
Acionistas não controladores	(49.490)	(43.166)	(39.045)	14,7%
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(333.029)	(268.869)	(236.620)	23,9%
TOTAL DO PASSIVO	1.900.577	1.893.318	1.937.123	0,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Balanços Patrimoniais em 2020 e 2019

Ativo Circulante

Caixa - Aumento no caixa, pelas ações de retenção, sendo o principal motivo o congelamento do financiamento do BNB.

Estoque - Aumento devido a aquisição de estoque em segurança dos motores a serem convertidos a gás.

Outros créditos – Redução devido a transferência dívida com Caterpilla do curto para o longo prazo.

Ativo Não Circulante

Arrendamento mercantil - Redução ocorreu em função da amortização do leasing financeiro da controlada indireta RAESA.

Contas a receber – Reclassificação dos recebíveis para o curto prazo.

Outros créditos - Aumento devido a transferência dívida Caterpilla do curto para o longo prazo. Mais o adiantamento para futuro aumento de capital que foi realizado no período. E o aumento no direito dos projetos de P&D.

Passivo Circulante

Empréstimos e financiamentos - Variação devido as dívidas das CCB's, , ocorrido principalmente pelo aumento do IGPM o que gera aumento significativo no reconhecimento de juros e multas, atrelado ao stand still junto a credores da controlada Raesa.

Passivo de arrendamento - Variação maior devido ao reflexo da remensuração dos contratos de aluguéis de imóveis na Multiner e os terrenos da investida NEO.

Passivo Não Circulante

Empréstimos e financiamentos - Variação devido as dívidas das CCB's, , ocorrido principalmente pelo aumento do IGPM o que gera aumento significativo no reconhecimento de juros e multas atrelado ao stand still junto a credores da controlada Raesa.

Obrigações tributárias – Redução pelo pagamento do parcelamento de Pis e Cofins na controlada NEO.

Outras obrigações – Aumento devido a transferência dos valores da CCEE de curto para longo prazo, e atualização monetária do saldo.

Balanços Patrimoniais em 2019 e 2018

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo Circulante

Caixa - Aumento de caixa devido ao aumento do faturamento relacionado com menos glosa, recebimento de partes relacionadas, recebimento do acordo do CCC(combustível) e recebimento de sinistros devido a quebra dos motores.

Contas a receber - O principal reflexo para redução do período deu-se pelo recebimento do parcelamento do acordo do reembolso CCC Eletrobrás x RAESA.

Adiantamentos a fornecedores - O principal reflexo pela redução de saldo de adiantamento a fornecedores internacionais da investida RAESA e devido a conversão dos motores não houve a necessidade de adiantamentos para compra de peças.

Ativo Não Circulante

Tributos a recuperar - A redução teve reflexo na controlada NEO pelo recebimento em caixa do saldo negativo IR e CSSL e compensação de PIS e COFINS.

Arrendamento mercantil - Redução ocorreu em função da amortização do leasing financeiro da controlada indireta RAESA.

Direito de uso / arrendamento mercantil - Devido a implantação do IFRS 16, esta variação, deu-se pelo registro do direito de uso sobre a locação de imóveis. Sendo o passivo compromisso de pagamento a contrapartida deste direito.

Passivo Circulante

Debêntures - Aumento pela variação da atualização monetária sobre as debêntures.

Obrigações tributárias - Redução pela baixa dos passivos de IOF e devido as reconciliações da consolidação do PRT e do parcelamento.

Arrendamento mercantil a pagar – Devido a implantação do IFRS 16, esta variação, deu-se pelo registro do passivo circulante a pagar pelo reconhecimento de locação de imóveis.

Passivo Não Circulante

Obrigações tributárias - Aumento de passivo pelas reconciliações de impostos PERT, referindo-se ao parcelamento ordinário de tributos da controlada NEO.

Provisão para contingências – Reduziu devido ao estorno de provisão da empresa Jole na controlada Pernambuco IV.

Arrendamento mercantil a pagar – Devido a implantação do IFRS 16, esta variação, deu-se pelo registro do passivo não circulante a pagar pelo reconhecimento de locação de imóveis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstração do resultado do exercício	2020	2019	2018	Variação 2020/2019
Receitas	247.903	233.772	189.264	6,0%
Custos das vendas e dos serviços	(128.659)	(139.023)	(152.758)	-7,5%
Lucro Bruto	119.244	94.749	36.506	25,9%
Gerais e administrativas	(31.644)	(40.817)	(95.351)	-22,5%
Outras receitas (despesas)	12.190	22.592	3.707	-46,0%
Resultado de equivalência patrimonial	-	796	(1.544)	-100,0%
Despesas e Receitas operacionais	(19.454)	(17.429)	(93.188)	11,6%
Resultado antes do resultado financeiro	99.790	77.320	(56.682)	29,1%
Despesas financeiras	(191.483)	(139.132)	(204.681)	37,6%
Receitas financeiras	27.019	38.887	40.782	-30,5%
Resultado antes dos tributos	(64.674)	(22.925)	(220.581)	182,1%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.170)	(8.597)	(3.366)	-5,0%
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.687	(727)	3.687	-607,2%
Incentivos fiscais (Sudene)	4.997	-	2.964	0,0%
Resultado líquido do exercício	(64.160)	(32.249)	(217.296)	99,0%

Resultados operacionais em 2020 e 2019**Receita operacional líquida**

Varição positiva devido a atualização anual dos contratos de venda de energia. Houve também dois eventos não recorrentes, sendo, impacto negativo a glosa pela indisponibilidade temporário devido ao projeto de conversão dos motores e impacto positivo a venda de lastro de energia devido a recomposição das perdas de energia da rede básica.

Custo operacional

Redução devido as medidas de melhor utilização de caixa e recursos, sendo dois dos principais efeitos, ocorridos na controlada Raesa. (i) redução nos custos de serviços de O&M, esta redução é relacionada a internalização do contrato de manutenção com reflexos no aumento do custo de pessoal e redução no custo de serviço de terceiros ; (ii) e redução do cronograma de manutenções para o período de 2020 devido ao projeto de conversão de motores a 100% gás natural.

Despesas operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A principal variação das despesas administrativas ocorreu devido ao estorno de R\$9.440 referente a provisão de contingência na controlada Pernambuco IV ocorrido no terceiro trimestre de 2019 ter

As outras receitas / (despesas) operacionais tiveram uma redução em 2020, principalmente pela indenização de seguros de ressarcimentos de sinistros dos motores da Raesa no montante de R\$16.666 que ocorreu em 2019.

Adicionalmente, também tivemos em 2019 a recuperação de despesas de impostos de importação R\$5.433 referente a pena de perdimento de equipamentos da controlada Itapebi e de valores apurados em NEO e RAESA em virtude dos ajustes de adesão versus consolidação ao Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, por isso, da redução da linha em 2020.

Resultado financeiro líquido

Aumento na variação das despesas financeiras, principalmente, na controlada Raesa pelo acréscimo de R\$21.871 referente a variação monetária e juros para o período em virtude do aumento do IGPM pelas atualizações de saldo devedor e aniversário das dívidas.

Nas receitas financeiras, houve uma redução, principalmente, pelo reflexo em NEO pelo efeito da perda do bônus adimplência. Esta redução (R\$7.341) ocorreu devido ao congelamento das parcelas de maio a dezembro de 2020 do financiamento BNB. Este congelamento está relacionado diretamente aos efeitos da Pandemia no novo Coronavírus (COVID-19), devido a Portaria nº1183 de 23 de abril de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN, aliado a Resolução nº4.798, de 6 de Abril de 2020, do Banco Central do Brasil. Adicionalmente, houve redução das receitas de aplicações financeiras pela redução da taxa Selic para o período (R\$3.048).

Imposto de renda e contribuição social

Conforme estabelecido no IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), o princípio da competência diz que se reconhecermos na contabilidade uma receita ou um lucro, a despesa com o Imposto de Renda e Contribuição Social deve ser reconhecida naquele período, mesmo que seja pagável em data futura, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de IR apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem pagos.

O Imposto de Renda ativo é reconhecido sobre as diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para fins fiscais no futuro. Já o Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarão em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

Em ambos os casos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2019 o imposto corrente do período teve uma variação que se deu principalmente pelo resultado superior das controladas NEO e RAESA para o exercício de 2019. Na linha do imposto diferido a variação foi o impacto das reconciliações da utilização de prejuízo fiscal do PERT/PRT, sendo para NEO R\$2.910, RAESA (R\$1.357), Itapebi (R\$6.650) e Multiner R\$690.

Em 2020, no IR/CS diferido, houve variação pelo fato de em 2019 ter ocorrido a reconciliação de diferenças de prejuízo fiscal pela reconciliação do PERT/PRT. Impacto das recontabilizações da utilização de prejuízo fiscal nas controladas, sendo para NEO R\$2.910, RAESA (R\$1.357), Itapebi (R\$6.650) e Multiner R\$690.

A NEO possui o benefício fiscal SUDENE, assim tendo o direito ao benefício de redução de 75% da apuração do período.

A RAESA obteve em 2020 o deferimento do pedido do incentivo fiscal SUDAM, assim tendo o direito ao benefício de redução de 75% da apuração do período.

Resultados operacionais em 2019 e 2018

Receita operacional líquida

Aumento no faturamento da controlada Raesa pela atualização do contrato e pelo faturamento O&M devido a entrega maior de energia, além da redução da glosa pela disponibilidade dos motores.

Custo operacional

Houve redução de custos na controlada Raesa em virtude da diminuição dos custos de materiais, óleo e serviços de O&M. Outras reduções ocorreram pulverizadas em diversas rubricas, de armazenamento, serviços de auditoria e as recontabilizações MCP.

Despesas operacionais

No período acumulado findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas apresentaram uma redução significativa, principalmente pelo reflexo da variação da provisão de PCLD de (R\$66.674) para os créditos de partes relacionadas na competência de 2018.

As outras receitas / (despesas) operacionais tiveram um efeito positivo, ou seja, apresentaram um aumento de receitas, vindo principalmente pela indenização de seguros de ressarcimentos de sinistros dos motores da Raesa no montante de R\$16.666.

Adicionalmente, tivemos à recuperação de despesas de impostos de importação R\$5.433 referente a pena de perdimento de equipamentos da controlada Itapebi e de valores apurados em NEO e RAESA em virtude dos ajustes de adesão versus consolidação ao Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro no período acumulado findo em 31 de dezembro de 2019, diminuiu comparado com o mesmo período do ano anterior, principalmente pelo estorno de multas e acréscimos sobre tributos na controladora de R\$5.242 em 2019. Adicionalmente houve despesas incorridas em 2018 R\$2.167 de IOF sobre saldos ativos de mútuos (despesa não incorrida em 2019, devido a não realização de operações de mútuos).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na controlada RAESA também houve diminuição para o período de R\$75.460 devido a amortização das dívidas e principalmente pelo standstill assinado com a Postalis o que fez com que as CCB's ficassem adimplentes reduzindo as multas e mora para o período.

Imposto de renda e contribuição social

Conforme estabelecido no IAS 12 (norma internacional de contabilidade) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), o princípio da competência diz que se reconhecermos na contabilidade uma receita ou um lucro, a despesa com o Imposto de Renda e Contribuição Social deve ser reconhecida naquele período, mesmo que seja pagável em data futura, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de IR apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem pagos.

O Imposto de Renda ativo é reconhecido sobre as diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para fins fiscais no futuro. Já o Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarão em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

Em ambos os casos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Em 2019 o imposto corrente do período teve uma variação que se deu principalmente pelo resultado superior das controladas NEO e RAESA para o exercício de 2019. Na linha do imposto diferido a variação foi o impacto das reconciliações da utilização de prejuízo fiscal do PERT/PRT, sendo para NEO R\$2.903, RAESA (R\$1.357), Itapebi (R\$6.650) e Multiner R\$690.

A NEO possui o benefício fiscal SUDENE, assim tendo o direito ao benefício de redução de 75% da apuração do período, conforme art. 73 da Instrução Normativa SRF nº 267.

A redução acompanha o resultado inferior para o período.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

2020

A principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). O portfólio atualmente da Companhia tem capacidade instalada própria de 237,18 MW, distribuída em 3 unidades geradoras em operação, sendo uma termelétrica (“A RAESA”) e dois parques eólicos (“A NEO”).

Iniciando por RAESA, durante 2020 a geração média foi de 64,9 MW, sendo entregue 99,9% face a obrigação contratual de 65 MW. Tal performance permitiu ser entregue quase a totalidade da energia contratada, inferior em apenas 0,1% mesmo com a paralização da primeira unidade geradora para realização do projeto de conversão.

O referido desempenho reflete a adequada gestão e performance da equipe operacional, a qual organizou de forma eficaz os controles das manutenções preventivas nos motores, evitando manutenções corretivas que ocasionariam paradas dos motores e, por consequência, perda de geração.

Para a NEO, durante o período acumulado de janeiro a dezembro de 2020, a geração do Complexo Alegria foi de 37,5 MW médios, sendo superior em 0,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O parque Alegria I, no período acumulado de doze meses, gerou 13,25 MW médios, sendo superior em 2,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (12,9 MW médios). Já o parque Alegria II no período acumulado de doze meses gerou 24,3 MW médios, se mantendo estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior (24,4 MW médios).

A geração fechou menor em 14%, em relação à obrigação contratual do PROINFA (43,6 MW médios), o principal fator foi a falta de ventos na região. Além de ocorrências de limitações de potência impostas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) em função de restrições em parte das linhas de transmissão e subestações no Rio Grande do Norte.

Consolidando o resultado das usinas, durante o período acumulado findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou receita operacional líquida de R\$ 247,9 milhões superior em 6% ao mesmo período do ano anterior quando apresentou o valor de R\$ 233,7 milhões. Impacto positivo se deve ao reajuste tarifário dos contratos, sendo derivado da fonte eólica ocorridos em março (+4%) e agosto (+7%), juntamente ao da termelétrica ocorrido em novembro (+24,5%). Parcialmente mitigado pelo ajuste de energia realizado no 4T20 em NEO devido a entrega inferior do montante contratado no âmbito do PROINFA (R\$ 34.897 mil). A NEO é responsável por 60,3% da receita operacional líquida com R\$ 149,4 milhões e a RAESA com 39,7% que corresponde a R\$ 98,5 milhões.

No acumulado de doze meses, o lucro bruto totalizou o valor de R\$ 119,2 milhões, sendo superior em 26% ou R\$ 24,4 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R\$ 94,7 milhões.

No mesmo parâmetro, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 179,9 milhões, sendo superior em 15% comparado ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R\$ 156,0 milhões. O impacto positivo deve-se ao

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro
 aumento da receita bruta R\$ 19,1 milhões devido aos reajustes tarifários, somado à redução nos custos operacionais em R\$ 10,3 milhões.

O gráfico abaixo representa o EBITDA ajustado desconsiderando os efeitos não recorrentes que ocorreram ao longo de 2020.



As adições e exclusões dos efeitos não recorrentes sobre o EBITDA referem-se a:

- (i) Glosa, que refletiu negativamente no resultado devido à menor geração no período de 2020, sendo R\$ 34,8 milhões em NEO e R\$ 1,4 milhões em Raesa;
- (ii) Ressarcimento de Seguro, impacto positivo de R\$ 14,2 milhões que diz respeito à quebra nos motores em períodos anteriores em Raesa (UG2 +R\$ 4,6 milhões e UG5 +R\$ 9,5 milhões) e pelo reembolso de apólice ocorrido em Multiner (+ R\$ 6,0 milhões);
- (iii) Manutenções corretivas, impacto negativo no resultado de R\$ 0,9 milhões causado por manutenções corretivas não planejadas nos motores;
- (iv) Provisão para Devedores Duvidosos, impacto negativo no resultado de R\$ 12,9 milhões devido à constituição de PDD referente ao ressarcimento da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC-Isolado).

No período acumulado de doze meses de 2020 o resultado financeiro foi pior em 64% ou R\$ 64,2 milhões. O reflexo da piora no resultado financeiro deve-se à redução da receita de bônus de adimplência em R\$ 7,3 milhões, em face da suspensão das parcelas do financiamento do Banco do Nordeste (“O BNB”) de maio a dezembro de 2020, devido ao enquadramento à Portaria 1183 de 23/04/2020 a qual reconhece o estado de Calamidade pública no Estado do Rio Grande do Norte devido a COVID 19. Aliado ao aumento das despesas financeiras, que conforme mencionado anteriormente diz respeito aos juros e correções sobre os empréstimos (R\$ 7,8 milhões e R\$ 45,2 milhões respectivamente), que estão indexados ao IGP-M e este encerrou o ano de 2020 acumulado com alta de 23,14% e no ano de 2019 o índice foi encerrado com 7,3%.

No período acumulado de 2020, o resultado líquido apurado pela Companhia foi um prejuízo de R\$ 64,1 milhões, sendo pior em R\$ 31,9 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior, quando obteve prejuízo líquido do período de R\$ 32,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro
Sobre as dívidas da Companhia, tem como base do seu endividamento as CCB's emitidas pela RAESA e NEO, as Debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o BNB obtido pela NEO. As dívidas da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 1.761,4 milhões líquidos do custo de captação.

Atualmente todas as CCBs "não conversíveis" estão adimplentes e sendo pagas conforme curva vigente dos contratos e/ou aditivos, com exceção das dívidas de Prece e Postalís da RAESA, que estão sendo pagas mensalmente através do "stand still" assinado desde 2019. A Companhia busca o acordo junto as fundações credoras da RAESA para reestruturar o financiamento.

O endividamento com características "conversíveis" (CCB's de Postalís e Debêntures Fundiágua) somam atualmente R\$ 391,2 milhões, sendo CCB's de Postalís R\$ 377,2 milhões e Debêntures Fundiágua R\$ 14,0 milhões. Estas dívidas com características "conversíveis" estão em discussão na arbitragem entre os acionistas, instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos.

2019

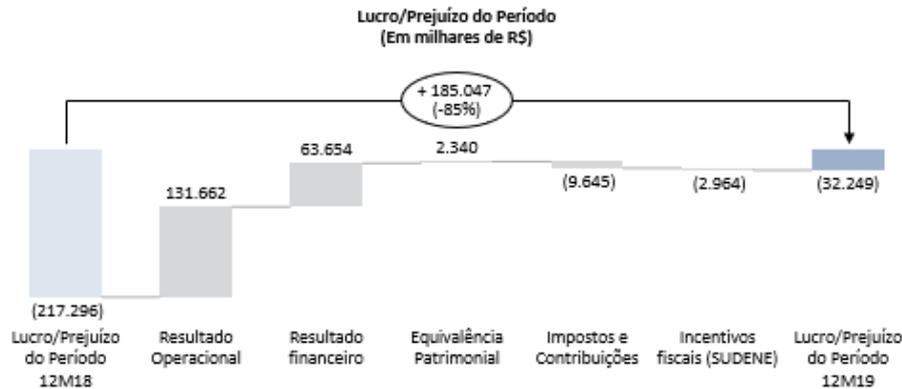
As demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2019 apresentaram receita operacional bruta da Companhia de R\$ 333.828 milhões, quando comparado com 2018 houve aumento de 5%, ou R\$15.206 milhões.

A Companhia ao longo do ano desenvolveu ações que visaram o aperfeiçoamento e estabilização da performance de suas unidades geradoras, a melhoria em seus sistemas de gestão e conformidade de suas obrigações econômico-financeiras proporcionando informações mais claras, confiáveis e estratégicas aos nossos acionistas e *stakeholders*. Por consequência, a Companhia apresentou um crescimento de sua receita operacional líquida de 23,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 44.508 milhões. Além da maior geração de energia principalmente em RAESA (melhor ano de sua geração), tivemos uma redução nas despesas administrativas e custos operacionais, principalmente em serviços de operação e manutenção, devido a aprovação pelo Conselho de Administração para celebração do contrato com a empresa Wärtsilä, para conversão dos motores de bicomustível para passarem a gerar com 100% de gás natural, assim proporcionou para a Companhia uma redução em seus custos para o segundo semestre de 2019, por conta da menor necessidade de realização de overhaul.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2019, um lucro bruto de R\$ 94.794 milhões, superior em R\$ 58.243 milhões sobre o mesmo período do ano anterior, ou 159,5 p.p. O incremento da receita operacional líquida em virtude da geração plena na RAESA foi o principal efeito para o crescimento do aumento do lucro bruto acumulado do período, de R\$ 58.243 milhões, somado à redução dos custos operacionais consolidados, em R\$ 13.735 milhões. Com isso, o EBITDA atingiu R\$145.233 milhões, também superior ao ano anterior em R\$132.070, ou 1.003% de variação. Essa melhora significativa se dá, principalmente devido à não realização de tais atividades recorrentes referentes à usina RAESA, pois foi com o processo de conversão dos motores para 100% a Gás (Atualizações do IMPULSE e WOIS), tivemos menor utilização de peças e equipamentos, óleos lubrificantes e conseqüentemente menores impostos de importação sobre as compras. A Companhia fechou com prejuízo de R\$ 32.249 milhões, porém com uma melhora significativa quando comparado ao ano anterior, de R\$ 217.296 milhões.

No período acumulado findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia registrou um prejuízo líquido de R\$32.249 milhões, porém comparado ao exercício anterior, houve uma melhora expressiva. Conforme descrito nos pontos acima, a companhia possui uma significativa margem EBITDA de 66% devido principalmente à sua receita bruta sólida, além de controles que contribuem para contenção das despesas operacionais e manutenções corretivas, gerando maior eficiência, com isso reduzindo as mesmas. O prejuízo líquido basicamente é acarretado pelos resultados financeiros no qual referem-se aos empréstimos com o BNB e o endividamento com as CCBs emitidas pela RAESA e NEO.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro



2018

A Multiner passou a deter o controle da New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") a partir de novembro de 2017. Em 2018 o reflexo da consolidação da receita desta controlada foi significativo. A rubrica de venda de energia teve um aumento de R\$ 157.791 milhões em relação ao exercício anterior devido ao período de 2018 ter considerado 12 meses de receita consolidada da NEO.

Em relação aos custos operacionais, o efeito da consolidação da NEO também teve um impacto relevante. No grupo de despesas administrativas podemos citar como fator que teve impacto material no resultado foi o reconhecimento da provisão para perda de valor recuperável reconhecido para parcela dos valores a receber dos ativos de partes relacionadas devido a negociações em andamento.

Para maiores informações detalhadas sobre os fatores que influenciaram o resultado da Companhia, verificar o item 10.1 (h) na parte da Demonstração do Resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2018, um prejuízo de R\$ 217.296, decorrente, principalmente, pela consolidação da NEO pela Multiner. No exercício de 2018 a Multiner teve todas as despesas do ano reconhecido na consolidação, já em 2017 foram consolidadas somente dois meses.

2017

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro
A partir de novembro de 2017, a Multiner passou a deter o controle da New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO). Essa obtenção de controle resultou no reconhecimento de um ganho por compra vantajosa de R\$ 66.742 e na consolidação das Demonstrações Financeiras da NEO pela Multiner.

Outro fator importante nas despesas operacionais foi a recuperação de despesas no montante de R\$ 33.573, devido despesas incorridas pelo combustível utilizado na produção de energia elétrica reembolsados via ressarcimento junto a Eletrobrás e de despesas incorridas referente ao fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha.

Para informações detalhadas sobre os fatores que influenciaram o resultado da Companhia, verificar o item 10.1 (h) na parte da Demonstração do Resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2017, um lucro líquido de R\$118,121 milhões, decorrente principalmente pela variação positiva das outras despesas/receitas, a qual foi reconhecida a aquisição de controle da investida NEO, no montante de R\$66.742. Outro efeito positivo foi a recuperação de despesas de R\$33.573, devido despesas incorridas pelo combustível utilizado na produção de energia elétrica reembolsados via ressarcimento junto a Eletrobrás.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3_Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia informa que não houve, no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia informa que não houve, no último exercício social, a Constituição, aquisição ou alienação de nova participação societária

(c) Eventos ou operações não usuais

A Companhia informa que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4_Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****Ano 2020**

Não existem mudanças significativas nas práticas contábeis para as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas divulgada pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

Ano 2019

A Companhia fez os estudos para a adoção das novas práticas contábeis, cuja vigência se iniciou a partir de 1 de janeiro de 2019. Com isto, avaliou o efeito da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos, bem como as informações quantitativas e qualitativas antes da adoção. A norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia tem em aberto e com consequente impacto no reconhecimento de um ativo por direito de uso e um passivo por arrendamento mercantil.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma, ou seja, é facultado a adoção para contratos de arrendamento de curto prazo, que se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, para contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia e suas controladas optaram por utilizar o método retrospectivo modificado, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, ou seja, aplicar inicialmente este pronunciamento na data da aplicação inicial de acordo com os itens C7 e C13 da respectiva norma.

A Companhia efetuou a avaliação dos contratos de arrendamentos existentes e como resultado desta análise os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração foram segregados entre aluguel de terrenos (37 contratos) e aluguel de imóveis (02 contratos). Para esses arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado.

Adicionalmente, reconheceu os custos de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento para o período.

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos e imóveis, aplicou-se a taxa de desconto de 17,27% a.a., considerando-se como prazo para os terrenos o período de autorização e/ou concessão e para imóveis a vigência dos contratos.

Não existem outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Ano 2018

A Companhia fez os estudos para a adoção das novas práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), cuja vigência se iniciou no

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

exercício a partir de 1 de janeiro de 2018. Estas práticas contábeis foram o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalentes às normas internacionais IFRS 15.

A Companhia efetuou a avaliação de seus contratos e se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Na avaliação da Companhia, não foram identificados efeitos da adoção do IFRS 15 que afetassem as demonstrações financeiras.

Não foram identificadas outras normas, interpretações ou alterações que tivessem impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia informa que não houveram efeitos significativos em alterações de práticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor2020

A Ernst e Young Auditores Independentes S.S, emitiu seu parecer referente às demonstrações financeiras de 2019, sem ressalvas e com a ênfase apresentada abaixo:

Ênfase - Operação “Greenfield”

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras, que indica que o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada, seguindo o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, ainda em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Segue relatório completo (se necessário):

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros de Administração e Acionistas da

Multiner S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multiner S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$27.640 mil e R\$1.155.482 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados no montante de R\$1.683.283 mil, bem como patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores negativo de R\$283.539 mil. A continuidade operacional da Companhia depende do reperfilamento das suas dívidas, e na conversão dos saldos com partes relacionadas em participação acionária. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Ênfase - Operação “Greenfield”

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras, que indica que o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada, seguindo o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, ainda em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Endividamento e suas respectivas cláusulas restritivas contratuais (“covenants”)

A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de dívidas em valores relevantes. Tais contratos possuem cláusulas restritivas, qualitativas e financeiras, sobre as quais a Companhia e suas controladas encontram-se em descumprimento, devido ao não pagamento de parcelas de amortização do principal e respectivos juros ou não atendimento de cláusulas contratuais, o que ensejou a necessidade de renegociação periódica dos termos contratuais ou a reclassificação da totalidade do saldo devido em 31 de dezembro de 2020 para o passivo circulante. Este assunto está divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores envolvidos, assim como pela atual conjuntura financeira das entidades do Grupo, que resultou no descumprimento das cláusulas contratuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, efetuamos a leitura dos contratos de endividamento e de suas respectivas renegociações, examinamos a movimentação de pagamentos e captação de novos empréstimos durante o exercício, recalculamos os juros e encargos financeiros, verificamos a apropriada reclassificação da totalidade dos saldos cujos contratos encontram-se com covenants descumpridos para o passivo circulante, confirmamos os saldos em aberto com as instituições financeiras, testamos o cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos também incluíram a revisão das divulgações dos instrumentos financeiros e respectivas garantias nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas da Companhia e de suas controladas relacionadas à identificação e monitoramento de cláusulas restritivas contratuais, reclassificação dos valores envolvidos, e as divulgações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, originadas no curso normal de seus negócios. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é considerada “provável” pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos, são constituídas provisões, cujo valor consolidado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$4.036 mil, respectivamente. Ainda, os passivos contingentes relacionados a processos judiciais avaliados com expectativa de perda “possível”, para as quais nenhuma provisão foi constituída, totalizam os montantes de R\$40.712 mil e R\$299.666 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020. Esse assunto está descrito na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento exercido pela Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, avaliamos as políticas relacionadas às provisões para demandas judiciais e administrativas da Companhia para a identificação, mensuração, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos, obtemos e analisamos cartas de confirmação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como a avaliação dos riscos envolvidos e prognóstico de perda. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em assuntos relacionados a impostos para auxiliar na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos internos e externos e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e de suas controladas sobre este assunto e especificamente sobre os processos mais significativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, reconhecimento e mensuração das provisões para demandas judiciais, para suportar os julgamentos, estimativas e divulgações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida

A Companhia e suas controladas possuem saldo consolidado de ativo imobilizado e intangível no montante de R\$490 mil e R\$836.022 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de perda por redução ao valor recuperável desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige a adoção de premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, de forma que quaisquer eventuais alterações nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 13 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos as projeções de fluxo de caixa e valorização dos ativos imobilizados e intangíveis, analisamos os indicadores financeiros de cada unidade geradora de caixa, bem como revisamos as análises preparadas pela Companhia, envolvemos nossos especialistas para suporte da análise do valor recuperável dos ativos fixos, bem como, na avaliação na taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontado; verificamos a acuracidade matemática do cálculo e consistência entre os dados utilizados e o saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável destes ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações financeiras entre si, com naturezas diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro e transações operacionais, conforme descrito na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores e diversidade das transações mantidas entre entidades consideradas partes relacionadas, assim como possibilidade de que essas transações possam ser registradas fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria para confirmar a adequação das condições pactuadas, do registro e controle dessas transações, dentre outros, avaliamos a política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações ocorridas durante o exercício, examinamos a documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração, verificamos a aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e realizamos

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, aprovação, reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas, para suportar as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Alessandra Aur Raso

Contadora CRC-1SP248878/O-7

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

2018

A Ernst e Young Auditores Independentes S.S, emitiu seu parecer referente às demonstrações financeiras de 2018, sem ressalvas.

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Multiner S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$29.531 mil e R\$1.161.460 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados, individual e consolidado, no montante de R\$1.597.319 mil, bem como patrimônio líquido negativo de R\$197.575 no individual e R\$236.620 no consolidado, respectivamente. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas notas explicativas de 1.1 a 1.4 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase - Operação “Greenfield”

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras, que indica que o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada, seguindo o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos futuros dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada com esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Endividamento e suas respectivas cláusulas restritivas contratuais (“covenants”)

A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de dívidas em valores relevantes. Tais contratos possuem cláusulas restritivas, qualitativas e financeiras, sobre as quais a Companhia e sua controlada indireta RAESA encontram-se em descumprimento, devido ao não pagamento de parcelas de amortização do principal e respectivos juros, o que ensejou a reclassificação da totalidade do saldo devido em 31 de dezembro de 2018, para o passivo circulante, no montante de R\$7.636 mil para a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

controladora e de R\$685.875 mil para o consolidado. Este assunto está divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores envolvidos, assim como pela atual conjuntura financeira das entidades do Grupo, que resultou no descumprimento das cláusulas contratuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, efetuamos a leitura dos contratos de endividamento, examinamos a movimentação de pagamentos e captação de novos empréstimos durante o exercício, recalculamos os juros e encargos financeiros, verificamos a apropriada reclassificação da totalidade dos saldos cujos contratos encontram-se com covenants descumpridos para o passivo circulante, confirmamos os saldos em aberto com as instituições financeiras, testamos o cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos também incluíram a revisão das divulgações dos instrumentos financeiros e respectivas garantias nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas da Companhia e de suas controladas relacionadas à identificação e monitoramento de cláusulas restritivas contratuais, reclassificação dos valores envolvidos, e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, originadas no curso normal de seus negócios. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é considerada “provável” pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos, são constituídas provisões, cujo valor individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$15 mil e R\$14.242 mil, respectivamente. Ainda, os passivos contingentes relacionados a processos judiciais avaliados com expectativa de perda “possível”, para as quais nenhuma provisão foi constituída, totalizam os montantes de R\$30.956 mil e R\$243.699 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018. Esse assunto está descrito na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento exercido pela Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, avaliamos as políticas relacionadas às provisões para demandas judiciais e administrativas da Companhia para a identificação, mensuração, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos, obtemos e analisamos cartas de confirmação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como a

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

avaliação dos riscos envolvidos e prognóstico de perda. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em assuntos relacionados a impostos para nos auxiliar na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos internos e externos e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e de suas controladas sobre este assunto e especificamente sobre os processos mais significativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, reconhecimento e mensuração das provisões para demandas judiciais, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida

A Companhia e suas controladas possuem saldo consolidado de ativo imobilizado e intangível no montante de R\$399 mil e R\$843.073 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de perda por redução ao valor recuperável desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige a adoção de premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, de forma que quaisquer eventuais alterações nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 13 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de fluxo de caixa e valorização dos ativos imobilizados e intangíveis, analisamos os indicadores financeiros de cada unidade geradora de caixa, bem como revisamos as análises preparadas pela Companhia. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável destes ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações financeiras entre si, com naturezas diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital e transações operacionais, conforme descrito na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores e diversidade das transações mantidas entre entidades consideradas partes relacionadas, assim como possibilidade de que essas transações possam ser

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

registradas fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria para confirmar a adequação das condições pactuadas, do registro e controle dessas transações, dentre outros, avaliamos a política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações ocorridas durante o exercício, examinamos a documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração, verificamos a aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e realizamos procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, aprovação, reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas, para suportar as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

2017

A Ernst e Young Auditores Independentes S.S, emitiu seu parecer referente às demonstrações financeiras de 2017, com ressalvas.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Multiner S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir

intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas

apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Conforme divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial

individual e consolidado apresenta na rubrica de partes relacionadas, saldo ativo com a empresa Eólica Administração e Participações Ltda., no montante de R\$94.471 mil em 31 de dezembro de 2017, para o qual a Companhia não elaborou a conciliação da resposta de confirmação externa por nós enviada, com os seus respectivos registros contábeis. Assim, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos saldos individuais e consolidados dessa rubrica, registrados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras, o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada “Greenfield”. A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada, o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas encontra-se em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos futuros dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$31.385 mil e R\$1.129.477 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados, individual e consolidado, no montante de R\$1.386.871 mil, bem como patrimônio líquido negativo consolidado de R\$19.324 mil, respectivamente. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas notas explicativas de 1.1 a 1.4 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas subsidiárias, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas subsidiárias continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Endividamento e suas respectivas cláusulas restritivas contratuais (“covenants”)

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de dívidas em valores relevantes. Tais contratos possuem cláusulas restritivas, qualitativas e financeiras, sobre as quais a Companhia e sua controlada indireta RAESA encontram-se em descumprimento, devido ao não pagamento de parcelas de amortização do principal e respectivos juros, o que ensejou a reclassificação da totalidade do saldo devido em 31 de dezembro de 2017, para o passivo circulante, no montante de R\$7.052 mil para a controladora e de R\$584.447 mil para o consolidado. Este assunto está divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores envolvidos, assim como pela complexa situação financeira das entidades do Grupo, que resultou no descumprimento das cláusulas contratuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, efetuamos a leitura dos contratos de endividamento, examinamos a movimentação de pagamentos e captação de novos empréstimos durante o exercício, recalculamos os juros e encargos financeiros, verificamos a apropriada reclassificação da totalidade dos saldos cujos contratos encontram-se com covenants descumpridos para o passivo circulante, confirmamos os saldos em aberto com as instituições financeiras, testamos o cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos também incluíram a revisão das divulgações dos instrumentos financeiros e respectivas garantias nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas da Companhia e de suas controladas relacionadas a identificação e monitoramento de cláusulas restritivas contratuais, reclassificação dos valores envolvidos, e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, originadas no curso normal de seus negócios. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é considerada “provável” pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos, são constituídas provisões, cujo valor individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$16 mil e R\$14.006 mil, respectivamente. Ainda, os passivos contingentes relacionados a processos judiciais avaliados com expectativa de perda “possível”, para as quais nenhuma provisão foi constituída, totalizam os montantes de R\$37.697 mil e R\$389.551 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017. Esse assunto está descrito na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Esse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento exercido pela Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, avaliação das políticas relacionadas às provisões para demandas judiciais e administrativas da Companhia, na identificação, mensuração, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos, obtenção e análise de cartas de confirmação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como avaliação dos riscos envolvidos e prognóstico de perda, envolvemos nossos especialistas em assuntos relacionados a impostos na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos internos e externos e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e de suas controladas sobre este assunto e especificamente sobre os processos mais significativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, reconhecimento e mensuração das provisões para demandas judiciais, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida

A Companhia e suas controladas possuem saldo consolidado de ativo imobilizado e intangível no montante de R\$352 mil e R\$894.462 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017. A

Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de “impairment” desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige a adoção de premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, de forma que quaisquer eventuais alterações nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 13 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de fluxo de caixa e valorização dos ativos imobilizados e intangíveis,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

analisamos os indicadores financeiros de cada unidade geradora de caixa, bem como revisamos as análises preparadas pela Companhia. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável destes ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações financeiras entre si, com naturezas diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital e transações operacionais, conforme descrito na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores e diversidade das transações mantidas entre entidades consideradas como Partes Relacionadas, assim como possibilidade de que essas transações possam ser acordadas ou realizadas por condições inadequadas, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria para confirmar a adequação das condições pactuadas, do registro e controle dessas transações, dentre outros, avaliamos a política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações ocorridas durante o exercício, examinamos a documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração, verificamos a aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e realizamos procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2017. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, aprovação, reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas, para suportar as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e Consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5_Políticas contábeis críticas

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6_Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras****(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não identificou itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não identificou itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7_ Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, conforme descrito no item 10.6 deste formulário de referência.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, conforme descrito no item 10.6 deste formulário de referência.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, conforme descrito no item 10.6 deste formulário de referência.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Plano de Negócios

Buscando novos investimentos e crescimento organizacional, em 2020 foi dado continuidade ao contrato firmado em 2019, para implementação de ações relacionadas a conversão dos motores Wärtsilä em RAESA, para 100% à gás natural, trabalho este, que vem sendo realizado em conjunto com a equipe técnica da Wärtsilä, tendo como previsão de conclusão em outubro de 2021.

Vale ressaltar os estudos de viabilidade mostrando a efetividade e retorno do projeto. Os custos com investimentos serão substituídos pelas atuais despesas recorrentes de manutenções (overhaul).

Esta conversão trará ótimos resultados para a RAESA e principalmente para o meio ambiente (a não queima de combustível fóssil líquido com presença de enxofre, que, combinado com a umidade do ar, gera o efeito de chuva ácida), além de que o gás natural não necessita de estocagem, eliminando despesas com frete, área física de armazenagem e manejo de combustíveis, e por fim, seus motores novos e consequentemente um custo inferior das manutenções.

Relacionado a reestruturação das dívidas, em 2020 a Companhia avançou no processo de elaboração das propostas, o qual foi apresentado aos credores (Postalis, Prece e Celos). As negociações estão em andamento, há uma expectativa por parte da Companhia que o processo se conclua em 2021. A proposta apresentada aos credores da RAESA considerou as premissas de *haircut* de 81% nas dívidas atuais gerando nova curva de pagamento até maio de 2025. Durante o processo de renegociação está vigente o Instrumento de *Stand Still* de Prece e Postalis com aditivo vigente até junho de 2021.

Na NEO um fato relevante para a continuidade da operação & manutenção dos parques, em dezembro de 2020, foi renovado o contrato com a Vestas, responsável pela operação & manutenção dos aerogeradores. O contrato foi renegociado por mais 10 anos, até o final do PPA's de Alegria I e II.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Com relação aos financiamentos da NEO, mantem-se a manutenção dos contratos vigentes com todos os credores atuais, sendo o BNB o principal financiador dos parques e as CCBs junto as fundações contratadas entre 2007 e 2008. Todos os financiamentos estão adimplentes e sendo pagos mensalmente conforme curva de amortização contratual.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Os Diretores da Companhia entendem que não há outros fatores que tenham influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia em 2020 e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta Seção 10.

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não divulga projeções individuais.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções individuais.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela assembleia geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, e permanecerão em seus cargos e no exercício de suas funções até a eleição e a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pelo órgão que os elegeram.

O Conselho de Administração da Companhia tem a função primordial de orientação geral dos negócios e administração da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, competindo-lhe, ainda, sem prejuízo das demais competências que lhe são atribuídas por lei ou pelo estatuto social da Companhia:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (c) atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada, observado o disposto no estatuto social da Companhia;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (e) deliberar sobre a convocação da assembleia geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei n° 6404/76 ("Lei das Sociedades por Ações");
- (f) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (g) escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração da Companhia;
- (h) convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (i) apreciar o relatório da administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão a assembleia geral;
- (j) aprovar os planos de trabalho, os orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e suas respectivas alterações;
- (k) avaliar e encaminhar à assembleia geral o plano quinquenal de negócios da Companhia;
- (l) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da assembleia geral;
- (m) deliberar sobre aumento do capital social e sobre a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, nos limites autorizados no artigo 5° do estatuto social da Companhia, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição o de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(n) aprovar e alterar a estrutura organizacional da Companhia;

(o) aprovar a política salarial da Companhia;

(p) fixar e alterar a divisão da remuneração global anual da administração da Companhia fixada e aprovada pela assembleia geral;

(q) eleger o Presidente do Conselho de Administração da Companhia;

(r) aprovar as chamadas para integralização de capital, com base em deliberação da Diretoria que indique justificadamente a necessidade e a destinação dos recursos; e

(s) definir lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS – NÍVEL 2.

As seguintes matérias deverão ser aprovadas por pelo menos 4 (quatro) membros do Conselho de Administração da Companhia, em reunião do Conselho:

(a) aprovação do plano de negócios, dos orçamentos anuais e/ou plurianuais da Companhia e de suas controladas, bem como qualquer de suas alterações;

(b) aprovação da política salarial, bem como das remunerações dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas, compreendendo assim salários e bonificações pelo sucesso do empreendimento;

(c) transações com partes relacionadas, assim entendidas como quaisquer negócios entre a Companhia e qualquer das partes (e os sócios diretos ou indiretos, os parentes e afins dos sócios de qualquer das partes, bem como companhias controladas por qualquer das partes ou sob controle comum das partes) ou administradores;

(d) criação ou aquisição de novas sociedades, pela Companhia ou por suas controladas, inclusive as exercidas por meio de sociedades de propósito específico, que não constem do plano de negócios;

(e) participação da Companhia e de suas controladas em novos investimentos que não constem do plano de negócios;

(f) endividamento da Companhia ou de suas controladas no exercício ou a assunção de compromissos de endividamento acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), assim como prestação de garantias pela Companhia ou por suas controladas a qualquer das controladas, exceto se tais operações encontrarem-se contempladas no orçamento anual da Companhia ou de suas controladas, e no plano de negócios conforme o caso;

(g) celebração de contratos ou assunção de quaisquer obrigações, de valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), pela Companhia ou por suas controladas, exceto se este encontrar-se contemplado no orçamento anual da Companhia ou de suas controladas e no plano de negócios, conforme o caso;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(h) prestação, pela Companhia ou por suas controladas a terceiros, de fiança, aval ou outras garantias pessoais ou reais a terceiros, sendo que as controladas não serão, para os fins do estatuto social da Companhia, consideradas terceiros;

(i) instrução de voto a ser proferido pelo representante da Companhia nas assembleias e reuniões de acionistas/quotistas das sociedades nas quais a Companhia tenha participação, sempre que houver previsão de quórum qualificado no estatuto social da Companhia, em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou na Lei nº 6.404/76, para deliberação sobre as respectivas matérias; e

(j) realização pela Companhia de oferta pública inicial de ações ("IPO").

Adicionalmente, os aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado e as chamadas para integralização de capital subscrito, com base em deliberação da Diretoria que indique justificadamente a necessidade e a destinação dos recursos, deverão ser aprovadas por unanimidade dos membros do Conselho de Administração em reunião do Conselho.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração da Companhia não possui regimento interno próprio.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

d. mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Não aplicável.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Não aplicável.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Não aplicável.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não aplicável.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Rodrigo Marques França	06/07/1977	Pertence apenas à Diretoria	21/04/2021	2 anos	0
781.919.395-68	Advogado	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Sim	0%
Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno	26/05/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/06/2020	01 ano	3
248.520.578-77	Advogado	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	09/06/2020	Sim	100%
O Sr. Rodrigo não exerce outros cargos e funções na Companhia.					
Chiara Sonogo Bolognesi Gargano	23/06/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/06/2020	01 ano	8
826.383.730-87	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/06/2020	Sim	0%
A Sra. Chiara não exerce outros cargos e funções na Companhia.					
Alessandro Di Domenico	31/07/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/05/2021	1 ano	0
807.388.770-34	Engenheiro Civil	23 - Conselho de Administração (Suplente)	06/05/2021	Sim	100%
O Sr. Alessandro não exerce outros cargos e funções na Companhia.					
Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda	10/07/1986	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/06/2020	01 ano	2
054.670.017-95	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/06/2020	Não	100%
O Sr. Eduardo não exerce outros cargos e funções na Companhia.					
Edesio Alves Nunes Filho	17/04/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/05/2019	02 anos	1
298.392.034-87	Engenheiro Mecânico	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/05/2019	Sim	0%
O Sr. Edesio não exerce outros cargos e funções na Companhia.					

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Heglehyschynton Valerio Marçal	15/05/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	06/05/2021	1 ano	0
589.425.301-25	Bacharel em matemática pura e aplicada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	06/05/2021	Não	100%
O Sr. Heglehyschynton não exerce outros cargos e funções na Companhia					
Fábio Antônio Pereira	16/07/1967	Conselho Fiscal	09/06/2020	01 ano	0
105.056.268-29	Administrador	41 - Pres. C.F.Eleito p/Preferencialistas	09/06/2020	Sim	100%
O Sr. Fábio não exerce outros cargos e funções na Companhia.					
Claudia Almeida Santos	05/05/1974	Conselho Fiscal	03/05/2021	1 ano	5
818.542.856-53	Contadora	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	03/05/2021	Sim	100%
A Sra. Claudia não exerce outros cargos e funções na Companhia					
Eduardo Georges Chehab	14/02/1955	Conselho Fiscal	03/05/2021	1 ano	5
013.810.648-76	Contador	42 - Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas	03/05/2021	Não	100%
O Sr. Eduardo não exerce outros cargos e funções na Companhia					
Paulo Euclides Bonzanini	31/10/1956	Conselho Fiscal	03/05/2021	1 ano	1
709.589.718-20	Administrador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	03/05/2021	Não	100%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Rodrigo Marques França - 781.919.395-68

Advogado, graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBET; e Mestrado em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica do Estado de São Paulo – PUC/SP. Atuou nos escritórios Gandra Martins Advogados; Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados; e Advocacia Krakowiak, além de ter atuado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Posteriormente, foi gerente jurídico da Natura Cosméticos; Odebrecht Transport; Construtora Norberto Odebrecht; e atuou como gerente jurídico e diretor jurídico da Brasilterm Energia S.A, empresa integrante do grupo Bolognesi Energia S.A. O Sr. Rodrigo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - 248.520.578-77

Formado em Direito pela PUC-SP, com extensão em Direito Processual Civil também pela PUC-SP. Pós-Graduado em Administração de Empresas pelo CEAG-FGV, MBA pela FGV-SP e Master in Internacional

Relations and Polítics pela University of Bath, UK. Foi Diretor Jurídico da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A, da Ecorodovias S/A, da Construtora Norberto Odebrecht S/A, da Foz do Brasil S/A, da Odebrecht Defesa e Tecnologia S/A (onde também exerceu os cargos de diretor de Compliance e presidente do Comitê de Ética), e da Hidrotérmica S/A. Foi conselheiro de administração das empresas Foz de Rio Claro S/A e Aquapolo Ambiental S/A e atualmente é conselheiro de administração das empresas Multiner S/A e Mesa Participações S/A.

Chiara Sonogo Bolognesi Gargano - 826.383.730-87

Economista, graduada pela Universidade de Torcuato Di Tella, Buenos Aires. Como membro do conselho de administração, participa ativamente de questões operacionais e estratégicas da Hidrotérmica S.A.. Atualmente é sócia administradora da Bolognesi Empreendimentos Ltda.. Integra o Conselho de Administração da Multiner S.A. e da MESA Participações S.A.. Possui experiência superior a 10 anos nos ramos imobiliário, infraestrutura e energia. É certificada como membro do Instituto Brasileiro Governança Corporativa (IBGC) desde 19/09/2019. Exerce o cargo de membro titular do Conselho de Administração da Hidrotérmica S.A. desde 10 de agosto de 2018. A Sra. Chiara declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Alessandro Di Domenico - 807.388.770-34

Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e MBA em Finanças e Valuation Focus pelo Insper; Experiência Profissional: Experiência em projetos e contratos de infraestrutura, energia, rodovias e obras pesadas, bem como desenvolvimento, implantação e operação de pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos, usinas termelétricas e concessões rodoviárias. Atualmente ocupa os cargos de Diretor Presidente da Mesa Participações S.A. e Central Energética Palmeiras S.A. e de Conselheiro de Administração na Termelétrica Pernambuco III S.A. O Sr. Alessandro declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda - 054.670.017-95

Formado em Direito pela UFRJ, com pós-graduação em Direito Tributário pela UFF. Eduardo tem sua carreira dedicada às áreas de energia e infraestrutura. Foi Diretor estatutário do Grupo Bolt Energias e, antes, atuou na área de Novos Negócios da ENEVA e com temas ligados à energia, petróleo, gás e mineração no Veirano Advogados. Foi advogado estrangeiro no escritório CMS-Cameron McKenna, em Londres e, atualmente, é sócio cofundador de empresas de comercialização de energia e eficiência energética. O Sr. Eduardo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Edesio Alves Nunes Filho - 298.392.034-87

Engenheiro Mecânico, graduado pela UFBA, com mestrado em Engenharia Mecânica (UFSC) e MBA pela FGV/RJ em Gerenciamento de Empreendimentos, com larga experiência em O&M – Operação e Manutenção no setor petroquímico e de energia. Atuou no setor petroquímico na COPENE – Companhia Petroquímica do Nordeste S.A (BRASKEM – UNIB de Camaçari), Rio Polímeros S.A (BRASKEM – UNIB e PE de Duque de Caxias), QUATTOR (unidades de Duque de Caxias, ABC e Cubatão) e no setor elétrico nas empresas MPX S.A. e ENEVA S.A. (Unidades de Porto do Itaqui, Porto de PECEM e Parnaíba). Atualmente é Diretor Presidente da Hidrotérmica S.A. O Sr. Edesio declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Heglehyschinton Valerio Marçal - 589.425.301-25

Bacharel em Matemática Pura e Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/GO; Especialização em Equações Diferenciais pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/GO; Mestrado em Economia e Finanças Universidade Católica de Brasília – UCB e Doutorado em Economia e Finanças pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Experiência profissional: O Sr Heglehyschinton integra o Conselho de Administração da Postalis - Instituto de Previdência Complementar (Dez/2019 a Atual), já integrou como membro do Conselho de Administração das Empresas: Capgemini (Jun/2017 a Fev 2019), da Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (Jun/2017 a Fev 2019); Foi membro do Comitê da QUOD - Cadastro Positivo (Comitê de Negócios) (Ago/2017 a Set 2018) e da Capgemini - (Comitê de Auditoria) (Abr/2017 a Fev 2019). O Sr Heglehyschinton é Assessor Especial da Presidência na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (Correios) (2019 - Atualmente); Exerceu na Caixa Econômica Federal – CAIXA os cargos de: Diretor Executivo de Aquisições, Alianças e Participações na (CAIXA Participações S.A.) (2017 - 2019), Superintendente Nacional - Diretoria de Administração, Finanças e RI (CAIXA Seguridade) (2016 - 2017), Consultor de Dirigente - Diretoria de Novas Aquisições (CAIXAPAR) (2013 - 2016), Gerente Nacional- Superintendência Nacional de Risco Corporativo (Jan/2012 a Out/2012), Gerente Executivo - Superintendência Nacional de Planejamento Financeiro (Set/2010 a Jan/2012) e Técnico Bancário Superior- Superintendência Nacional de Clientes (Mar/2005 a Jan/2008). No Ministério da Fazenda exerceu a função de Assessor de Assuntos Econômicos – SEAE (Out/2012 a Out/2013). Na Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF exerceu a função de Coordenador-Macroalocação e Cenário Econômico (Economista Chefe) (Jan/2008 a Set /2010). Foi professor adjunto da IBMEC, Instituto Federal de Goiás, Universidade Católica de Brasília e por fim, serviu o Exército Brasileiro e foi Oficial de Infantaria - Exercendo a função de comandante de pelotão e de companhia em unidades militares em Goiás e Distrito Federal (Jan/1993 a Jan/2001). O Sr. Heglehyschinton declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Fábio Antônio Pereira - 105.056.268-29

Graduado em Administração pela FMU e em Contabilidade pela UNIP; Pós-graduado em Administração – MBA Executivo pela FGV; Graduando em Direito pela FMU. Experiência profissional: Arthur Andersen e Deloitte Touche Tohmatsu (novembro/1989 a setembro/2004); Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (Neoenergia) (setembro/2004 a outubro/2006); Gol Transportes Aéreos S.A. (novembro/2006 a setembro/2008); Gafisa S.A. (novembro/2008 a julho/2013); SBF Comércio e Indústria de Produtos Esportivos Ltda. (Lojas Centauro E-commerce) (julho/2013 a junho 2015); ID&T Brasil Eventos Ltda. (julho/2015 a junho/2016); e Fast Group (julho/2016 – atualmente). O Sr. Fábio declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Claudia Almeida Santos - 818.542.856-53

Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas – FACEM, com Pós-graduado em Ciências Contábeis pela FGV e MBA em Gestão e Finanças Corporativas pela FGV. 19 anos de experiência na área Contábil de Companhias Abertas, atuando também nas áreas Fiscal, Projeções de longo prazo e Orçamento. 17 anos de experiência no Setor Elétrico. Atuou na Neoenergia, entre outros, como Superintendente de Geração sendo responsável pelas áreas Contábil, Fiscal, Projeções de longo prazo e Orçamento de 35 empresas ao longo de 6 anos, acumulando a responsabilidade da Consolidação Contábil do Grupo Neoenergia. Atuou como Gerente Executiva de Contabilidade e Fiscal na PetroRio S.A., no setor de Oil & Gas, por 2 anos. A Sra. Cláudia declara que não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Eduardo Georges Chehab - 013.810.648-76

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Business Administration pelo Insper. Trabalhou pouco mais de 30 anos no mercado financeiro. Foi Diretor Ajunto de Crédito no Banco ABN AMRO Real e Diretor da área de escores de governança corporativa e ratings corporativos. Atualmente membro do conselho de administração das empresas OSC Brasil e da Tonon Bioenergia, e conselheiro fiscal nas empresas Editora do Brasil e da Bioóleo. Atuando também como consultivo de empresa capital fechado, consultor na estruturação de governança corporativa e professor em cursos de pós-graduação e MBA. O Sr. Eduardo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Paulo Euclides Bonzanini - 709.589.718-20

Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis; MBA em Formação Geral em Administração pela FIA-USP; e Especialização em Metodologia de Ensino Superior pela FIPECAFI SP. É Conselheiro Fiscal da IRB-RE, trabalhou como Diretor Executivo do Banco Votorantim S.A.; Vice-Presidente do Banco Fibra S.A.; Diretor Geral do Grupo Segurador BB Mapfre; Presidente do Banco Bossa Nova Caixa S.A.; Diretor de Varejo do Banco do Brasil S.A.; e foi membro dos Conselhos de Administração da Cielo S.A., Alelo S.A., Baf S.A.; Conselheiro Fiscal da Embraer S.A. e Conselheiro Consultivo do BB Previdência S.A. O Sr. Paulo declara que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Rodrigo Marques França - 781.919.395-68	
N/A	
Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - 248.520.578-77	
N/A	
Chiara Sonogo Bolognesi Gargano - 826.383.730-87	
N/A	
Alessandro Di Domenico - 807.388.770-34	
N/A	
Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda - 054.670.017-95	
N/A	
Edesio Alves Nunes Filho - 298.392.034-87	
N/A	
Heglehyschinton Valerio Marçal - 589.425.301-25	
N/A	
Fábio Antônio Pereira - 105.056.268-29	
N/A	
Claudia Almeida Santos - 818.542.856-53	

N/A

Eduardo Georges Chehab - 013.810.648-76

N/A

Paulo Euclides Bonzanini - 709.589.718-20

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários.

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm
Justificativa para o não preenchimento do quadro:

- Item 12.12 revogado pela Instrução CVM nº 586, de 08 de junho de 2017.

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Além das informações abaixo, não há outras informações a serem prestadas nesta seção 12 do formulário de referência.

ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS REALIZADAS ENTRE 2018 E 2020			
Assembleia	Data da realização	Instalação	Quórum de instalação
Assembleia Geral Extraordinária	01/02/2018	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	09/02/2018	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	27/02/2018	Retomada da AGE de 01/02/2018	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	27/03/2018	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	19/04/2018	Retomada da AGE de 27/03/2018	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	19/06/2018	Retomada da AGE de 19/04/2018	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Ordinária	22/08/2018	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Ordinária	11/09/2018	Retomada AGO 22/08/2018	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	02/10/2018	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Assembleia Geral Extraordinária	04/12/2018	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	21/12/2018	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2019	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	04/06/2019	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	25/10/2019	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Ordinária	09/06/2020	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	09/10/2020	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.
Assembleia Geral Extraordinária	15/12/2020	Instalada em 1ª convocação	Acionistas representando 100% do capital social da Companhia com direito a voto.

Atribuições dos órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração não estatutários:

A Companhia não possui órgãos e comitês de assessoramento do Conselho de Administração não estatutários.

Processo de avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos, indicando, ainda, no exercício social anterior, bem como para o exercício social em curso, a periodicidade, os procedimentos, os critérios adotados e se há reflexos da avaliação na indicação ou na remuneração:

A Companhia não possui processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos.

Governança da Companhia em relação aos fatos que tem impactos contra terceiros nas reuniões do Conselho de Administração:

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

A Companhia envia à CVM e à Junta Comercial competente, todas as atas de reuniões do seu Conselho de Administração que contenham deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, conforme previsto no artigo 31, inciso V da Instrução CVM 480/09. Adicionalmente, estas atas também são disponibilizadas no *website* da Companhia, e publicadas nos jornais em que divulga seus atos societários.

Nos termos do artigo 15, §2º do estatuto social da Companhia, para as reuniões ordinárias do Conselho de Administração, a pauta e a documentação necessária à apreciação dos assuntos nela previstos serão entregues aos conselheiros com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

Para as reuniões extraordinárias e urgentes, a reunião poderá ser convocada e realizada sem observância do prazo acima indicado, desde que inequivocamente cientes todos os demais membros do Conselho de Administração. Em qualquer hipótese, a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração dispensará qualquer formalidade de convocação, que sempre deverá ser efetuada pelo Presidente do Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	5,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,25	5,00	12,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	600.000,00	1.386.498,77	304.042,27	2.290.541,04
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	120.000,00	277.299,75	60.808,45	458.108,20
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais (INSS)	Encargos sociais (INSS).	Encargos sociais (INSS).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não há remunerações variáveis.	Não há remuneração variável.	Não há remuneração variável.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM SEP nº 02/2020.	
Total da remuneração	720.000,00	1.663.798,52	364.850,72	2.748.649,25

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues**13.7, 13.7.a, 13.7.b, e 13.7.d - Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13.7.c -Número de membros remunerados

03 membros na Diretoria

05 Conselheiros Adm.

05 Conselheiros Financ.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

EXERCÍCIO DE 2020		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	53,02%	94,05%

EXERCÍCIO DE 2019		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	43%	100%

EXERCÍCIO DE 2018		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	36,92%	100%

EXERCÍCIO DE 2017		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	33,57%	100%

EXERCÍCIO DE 2016		
Órgão	Conselho de Administração/ Fiscal	Diretoria Estatutária
Percentual da remuneração total	21%	79%

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Não aplicável, pois a Companhia não possui valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AÇÕES EM TESOUREARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
Bolognesi Energia S.A.						
11.664.185/0001-55	Brasileira-SP	Sim	Sim	21/11/2017		
2.708.534	34,382	2	0,001	2.708.536	18,399	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
Preferencial Classe D	1	100.000				
Preferencial Classe C	1	100.000				
TOTAL	2	0.000				
Brasilterm Energia S.A.						
13.744.492/0001-71	Brasileira-SP	Sim	Não	21/11/2017		
1.380.846	17,528	0	0,000	1.380.846	9,380	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Multiner Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia						
10.381.075/0001-13	Brasileira-RJ	Sim	Não	21/11/2017		
3.788.360	48,090	6.843.555	99,999	10.631.915	72,221	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
Preferencial Classe B	311,344	100.000				
Preferencial Classe A	6,532,211	100.000				
TOTAL	6,843,555	100.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
7.877.740	100,000	6.843.557	100,000	14.721.297	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Bolognesi Energia S.A.				11.664.185/0001-55		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
13.050	0,020	0	0,000	13.050	0,020	
Ronaldo Marcelio Bolognesi						
008.006.600-30	Brasileiro-RS	Sim	Sim			
67.496.505	99,980	0	0,000	67.496.505	99,980	
Classe Ação	Qtde. de ações	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
TOTAL						
67.509.555	100,000	0	0,000	67.509.555	100,000	

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

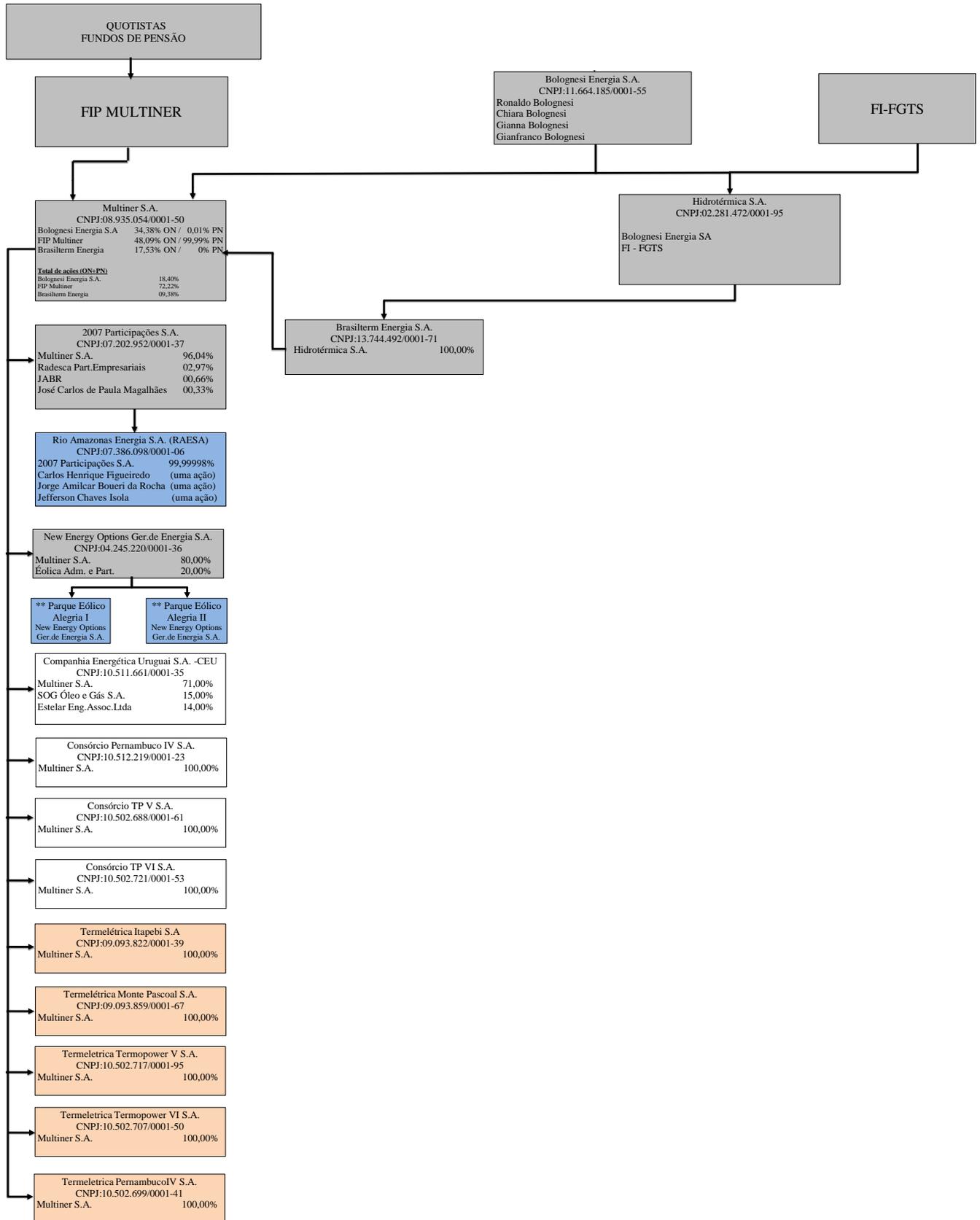
Data da última assembleia / Data da última alteração	21/11/2017
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	2
Quantidade investidores institucionais	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	3.788.360	48,089%
Quantidade preferenciais	6.843.555	100,000%
Preferencial Classe A	6.532.211	0,000000%
Preferencial Classe B	311.344	100,000000%
Total	10.631.915	100,000%

15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

Não ocorreram operações societárias com efeito relevante para a Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Central Energética Palmeiras S.A.	31/12/2020	65.157.794,86	65.157.794,86	65.157.794,86	.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Rio Amazonas Energia S.A.	31/12/2020	9.704.350,22	9704350,22	9704350,22	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Mútuo/Compartilhamento						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros 105% CDI (parcela mútuo).						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Eólica Administração e Participações Ltda.	31/12/2020	95.949.089,12	95.949.089,12	95.949.089,12	.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: SELIC						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Bolognesi Energia S.A.	31/12/2020	278.323.312,65	278.323.312,65	278.323.312,65	.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
New Energy Options Geração de Energia S.A.	31/12/2020	1.695.706,89	1695706,89	1695706,89	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Compartilhamento.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não há.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Rio Amazonas Energia S.A.	31/12/2020	86.263,52	86263,52	86263,52	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Compartilhamento						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção							
Natureza e razão para a operação	Sem taxa de juros.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
New Energy Options Geração de Energia S.A.	31/12/2020	18.472.598,43	18262192,56	18262192,56	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	CCBs/Compartilhamento						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Sem taxa de juros.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Companhia Energética Uruguai - CEU	31/12/2020	19.256.349,44	19256349,44	19256349,44	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Bolognesi Energia S.A.	31/12/2020	46.293.720,86	46.293.720,86	46.293.720,86	.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Termelétrica Pernambuco III S.A.	31/12/2020	33.126.364,01	33.126.364,01	33.126.364,01	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
2007 Participações S.A.	31/12/2020	91.713,92	91.713,92	91.713,92	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Parte Relacionada						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Não						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela mutuante, em relação a cada uma das mutuárias, no caso de inadimplemento de qualquer obrigação destas prevista neste contrato, quando tal inadimplemento não for sanado pela respectiva mutuária, dentro do prazo de quinze dias contados do recebimento da notificação enviada nesse sentido.						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros cobrada: 105% do CDI						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo estatuto social da Companhia. Havendo possibilidade de conflito de interesses envolvendo matérias sob análise de algum membro dos órgãos deliberativos da Companhia, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuam qualquer relação com a matéria em exame.

Na hipótese de a Companhia pretender celebrar operações e negócios com partes relacionadas, devem ser observadas políticas que determinam que a Companhia siga os padrões de mercado e ampare tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e no estrito interesse da Companhia. O tema Conflito de Interesses e Relacionamento entre Partes Interessadas é objeto do Código de Ética da Companhia devidamente atualizado em 2020.

Em relação aos mútuos da Companhia com suas controladas, que representam, verifica-se que ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, estando estas operações de mútuos sujeitas aos encargos financeiros descritos acima.

Cumprе ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado. Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Conforme elucidado no item acima, ao realizar operações e negócios com partes relacionadas, a Companhia observa políticas que determinam que a Companhia siga os padrões de mercado e ampare tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e no estrito interesse da Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido a tratativas para fins de obter uma solução para as divergências que possuem em relação aos mútuos em aberto, dado que tais saldos se encontram em processos de negociações, trazendo incertezas sobre a sua realização.

Não obstante essas informações, a Companhia resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros, conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	Capital Integralizado				
21/11/2017	855.833.165,33		7.877.740	6.843.557	14.721.297
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	311.344				
Preferencial Classe B	6.532.211				
Preferencial Classe C	1				
Preferencial Classe D	1				

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

17.5 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários descritos no item 18.5 deste formulário de referência.

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações da Companhia não são admitidas à negociação.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

A Companhia, por si ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, não efetuou ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários nos 3 (três) últimos exercícios.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

A Companhia não possui plano de recompra e valores mobiliários em tesouraria.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia opta por não divulgar as informações contidas neste item, por estar registrada na CATEGORIA B de emissores, para os quais a divulgação é opcional.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Todas as informações relevantes já foram prestadas pela Companhia nos itens anteriores deste formulário de referência.